

# **A EDUCAÇÃO EM COLÔNIAS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA: O CASO DA COLÔNIA MACIEL EM PELOTAS/RS**

CRISTIANO GEHRKE, FÁBIO VERGARA CERQUEIRA

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo principal abordar o processo de constituição de uma escola localizada na zona rural do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul: a Escola Garibaldi.

O referido educandário está localizado em uma região que foi colonizada por imigrantes de origem italiana na década de 1880, que afluíram para aquela região após a criação de uma colônia de imigração pelo Governo Imperial.

Muitos pesquisadores defendem que a educação de modo geral foi uma prioridade do Governo Italiano com relação à imigração para o Brasil, no sentido de manter viva a chama da italianidade; contudo, analisando o acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, percebemos que, na região estudada, a criação da primeira instituição de ensino teria ocorrido tão-somente cerca de 30 anos após o estabelecimento da colônia.

Neste sentido, nos propomos, para além do processo de criação da Escola Garibaldi, buscar entender as singularidades do núcleo colonial ítalo-descendente pelotense face ao contexto mais amplo da imigração italiana, no tocante à educação, tendo por base principalmente as fontes orais que fazem parte do acervo da instituição anteriormente citada.

## **INTRODUÇÃO**

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Tal método surgiu em meados do século XX, e basicamente, consiste na realização de entrevistas gravadas com pessoas que possam oferecer alguma informação sobre o tema que se pesquisa. Esta nova forma de pesquisa histórica resultou em mudanças importantes tanto nos conteúdos, como na concepção do que é uma fonte de pesquisa (ALBERTI, 2000).

Conforme Portelli (2010, p. 02) existe uma relação profunda entre a oralidade e a democracia.

Conforme o autor, todas as fontes são excludentes de certa forma. Há indivíduos que não são letrados: não sabem ler ou escrever, porém a voz, a oralidade, é um “meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam”. Assim, afirma o autor, na

oralidade encontramos a forma de “ouvir” os que estão “excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público”.

O relato de vida costuma ser a apresentação pessoal do entrevistado, que varia conforme o contexto em que é obtido. São expressões altamente subjetivas e pessoais (PORTELLI, 1996). Desta forma, a maneira como é feita a abordagem e a identificação do entrevistador podem influenciar no conteúdo do depoimento.

Geralmente são as pessoas maiores de 60 anos, principalmente, que são as buscadas pelos historiadores. Comumente, estas não têm quem as escute, nem tampouco alguém que atribua alguma importância a sua fala, como afirma Louro (2002), o que acaba contribuindo para que tanto a atenção, quanto o interesse dos pesquisadores sejam valorizados pelos depoentes e, em contrapartida, a investigação se enriqueça.

No trabalho com fontes orais, não mais estamos lidando com fatos concretos, mas com elementos mutáveis, como a subjetividade e a memória; desta forma, devemos sempre respeitar os indivíduos e estar cientes de que uma entrevista não é melhor do que outra. Elas se tornam importantes justamente pela diferença (PORTELLI, 1997).

De acordo com Thomson (1984), as reminiscências de um indivíduo variam de acordo com as alterações sofridas por sua identidade pessoal. Desta forma, segundo um sentido psicológico, os indivíduos compõe um passado com o qual podem conviver, ou seja, os relatos não são representações exatas das vivências do depoente, mas trazem aspectos deste passado e os moldam de acordo com a sua identidade e aspiração atual.

Estes relatos ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características de um determinado grupo. Mesmo aquelas entrevistas desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo, permitindo identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir o que seria mais frequente (ALBERTI, 2000).

Conforme Louro (2002), alguns problemas são usualmente levantados, quando se utilizam fontes orais em pesquisas; geralmente, o primeiro a ser destacado refere-se à questão da confiabilidade da memória. Argumentos de ordem psicológica ou mesmo de ordem biológica muitas vezes são trazidos: a seletividade da memória, a repressão dos fatos indesejáveis, o esquecimento. Com certeza, não podemos desprezar tais restrições, contudo, elas também são aplicáveis aos documentos escritos.

Estamos cientes de que aquilo que está registrado nos documentos escritos (atas, jornais), é apenas parte de um grande volume de informações que foram negligenciados, tanto pelo indivíduo ou pela instituição responsável pela sua produção. Geralmente é a versão que vai diretamente ao encontro dos interesses dos grupos hegemônicos. Refletem, portanto, a estrutura de poder e os preconceitos de sua época (THOMPSON, 1984, p.54), ou seja, nem sempre um documento escrito é realmente o documento com a versão mais próxima da realidade existente, pelo contrário. Da mesma forma, entendemos os depoimentos orais.

A metodologia de história oral é uma análise que, além de permitir a categorização e tabulação das informações, oportuniza um conhecimento mais aprofundado das histórias de vida relatadas pelos depoentes, de forma que o tempo de sua coleta e análise seja bastante grande (ALBERTI, 2000).

Da mesma maneira que não podemos confiar plamente nas fontes documentais, os depoimentos orais também devem buscar complementação através da realização de outras entrevistas, da comparação com outras fontes, etc.

Assim, na presente pesquisa, efetuou-se uma integração das falas dos depoentes com os documentos escritos, com os registros fotográficos e as reflexões dos pesquisadores, fazendo assim, uma integração do território com a paisagem através das percepções espaciais no agenciamento entre elementos culturais, elementos construídos e circulação de pessoas, assim como a percepção dos objetos no agenciamento das situações cotidianas, através de observações participantes empreendidas ao longo da nossa atuação como pesquisadores na região que ora serve como palco para nosso estudo.

Feitas estas considerações, partiremos para o nosso estudo. Antes, contudo, se faz necessário que façamos um rápido histórico sobre o processo de formação da Colônia Maciel e do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, espaço responsável pela coleta e armazenamento dos depoimentos que ora analisamos, bem como pelo fato de esta instituição estar sediada no primitivo espaço dedicado ao educandário cuja trajetória de criação nos propomos analisar no presente estudo

## A COLÔNIA MACIEL

Até iniciar a segunda metade do século XVIII, a região de Pelotas era um vasto território coberto de matas, habitado apenas por alguns grupos indígenas, com economia baseada na caça e na pesca (ARRIADA, 1994). Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), a posse do território gaúcho foi assegurada pela coroa portuguesa (MAESTRI, 2010), iniciando desta forma a concessão de sesmarias, que tinham como objetivo fortalecer, ocupar e explorar o estado.

Com a divisão do território em sesmarias, Pelotas, então chamada de São Francisco de Paula, começou a ser povoada. O surgimento das primeiras Charqueadas<sup>[1]</sup>, e o consequente aumento da demanda de mão-de-obra escrava para atuar nestes estabelecimentos, fez com que a cidade tivesse um crescimento vertiginoso em poucos anos.

Este crescimento possibilitou que muitos filhos de charqueadores e pecuaristas estudassem em outras cidades e países (MAGALHÃES, 1993) e, com o seu retorno, voltassem com ideais abolicionistas.

Além disso, o surgimento de uma série de leis, a partir de meados do séc. XIX, que anunciam a futura extinção do trabalho escravo<sup>[2]</sup> impôs a Pelotas a necessidade de buscar novas possibilidades para a produção de alimentos, uma vez que a economia da cidade girava em torno da produção do charque. Este foi um dos fatores que levou à criação de colônias de imigração no espaço rural do município (ANJOS, 2006).

Além desta necessidade interna, a região central e serrana, que havia recebido os primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, estava ficando saturada, e, com o forte crescimento das correntes migratórias, tornou-se necessária a busca de novos territórios para expansão desta migração dirigida (MANFROI, 2001). Este crescente interesse pela colonização se deu também devido à criação da Lei de Terras, que possibilitava, através da venda dos lotes, a obtenção de grandes lucros, por parte dos proprietários (MAESTRI, 2000).

O município de Pelotas, que no século XIX vivia no auge da produção saladeiril, cujos empreendimentos se concentravam nas margens do Arroio Pelotas, tinha, assim, grande parte do território em situação de relativo abandono. Muitas terras não eram adequadas nem à pecuária, nem ao plantio, devido ao grande número de cursos d'água e ao declive acentuado de certas regiões (ULLRICH, 1999).

Visando à posterior comercialização destes lotes, os latifundiários promoveram a demarcação/ocupação de grandes faixas destas terras localizadas na Serra dos Tapes (ANJOS, 2006).

No sentido de diversificação das atividades econômicas, criou-se, em 1882, a primeira colônia de imigrantes fundada pelo poder público no município de Pelotas, a chamada Colônia Municipal. Em 1885 o Governo Imperial implantou outros três núcleos: a Colônia Maciel, Accioli e Affonso Penna (FETTER, 2001), uma vez que iniciativas anteriores já haviam mostrado resultados positivos<sup>[3]</sup>.

Percebe-se claramente a intenção de diversificação econômica, pois as terras recebidas pelos imigrantes do Governo Imperial eram destinadas à exploração independente de cada família, e estes deveriam dedicar-se inicialmente à agricultura e à suinocultura (PEIXOTO, 2003, p. 8).

Apesar de estes anos serem considerados os marcos da imigração, deve-se considerar o fato de que, em Pelotas, na zona urbana, era marcante a presença de estrangeiros, anteriormente a este período (ANJOS, 2006). Esta presença, segundo alguns autores, foi uma das grandes responsáveis pela vinda de mais imigrantes, devido ao fato dos aqui já estabelecidos fazerem uma intensa propaganda do Novo Mundo, como é o caso do texto de Ullrich (1999), escrito originalmente em 1898, e publicado em Berlin no mesmo ano.

Na chamada Colônia Maciel, localizada no atual 8º Distrito do Município de Pelotas, o marco da colonização é o ano de 1883, quando o Governo Imperial acabou por promover a vinda do que viria a ser a “Primeira leva de imigrantes italianos”. Há uma breve descrição sobre a chegada dos imigrantes, nas primeiras páginas do *Livro Tombo* da Paróquia de Sant’Anna:

No ano de 1883 (ou 1884 – início da colonização) mais ou menos, mandaram dividir esta data de matos em lotes coloniais, e um ano depois introduziram alguns colonos (imigrantes) italianos da região do Vêneto, em sua maioria da Província de Treviso. No centro desta colônia, o governo mandou construir um *Barracão*, onde os emigrantes moraram por algum tempo, até colocá-los nos lotes coloniais. Aos primeiros que aqui chegaram, deu-se um lote urbano, perto de onde construíram o dito Barracão. Mais tarde [este] serviu de capela. Na mesma ocasião o governo designou 4 lotes urbanos para o Cemitério da Colônia e um lote para a Igreja, que era o lote em que se achava o Barracão. Foi nos anos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos, para a Maciel. No primeiro ano, tiveram auxílio do governo tanto dos víveres, como das ferramentas para os trabalhos (LIVRO TOMBO, 1920).

Conforme percebemos na citação, após a chegada dos imigrantes à Colônia Maciel, os mesmos foram colocados em um barracão, cuja construção foi realizada pelo próprio governo, com o objetivo de alojar estes provisoriamente, até o momento em que os mesmos tivessem construído as suas casas, nos lotes que lhes foram designados.

De acordo com Peixoto (2005, p. 13), apesar de terem tido o apoio do Governo, estes imigrantes enfrentaram uma série de dificuldades. Encontraram, aqui, uma realidade bastante diferente daquela que imaginavam: um local desprovido de qualquer infraestrutura, matas a serem derrubadas, estradas péssimas. As pedras espalhadas pelas terras eram retiradas, para permitir o plantio e depois utilizadas na construção das casas.

A construção das casas geralmente se dava em terrenos com declive acentuado, justamente para que tivessem um bom porão, que seria utilizado para armazenamento do vinho, cereais e carnes.

Enfrentadas as dificuldades de viagem e assim que chegavam ao local onde deveriam se estabelecer, a primeira providência era o corte do mato, para em seguida realizarem as outras atividades. Depois começavam a cultivar as lavouras com milho, o qual foi, nos primeiros anos, a base da alimentação de todos os imigrantes, sendo a palha utilizada tanto na alimentação de animais quanto no enchimento de colchões, conforme percebemos analisando os relatos.

Com o passar dos anos e o seu desenvolvimento, a Maciel passou a ter a economia baseada na agricultura. Os pequenos lotes eram responsáveis pela produção de quase todos os gêneros consumidos na localidade. O excedente era comercializado e com o dinheiro eram adquiridos os produtos que não podiam ser produzidos naquele local (PEIXOTO, 2003), como o sal e tecidos.

#### O MUSEU Etnográfico DA COLÔNIA MACIEL

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel, tendo como temática as memórias dos descendentes dos imigrantes italianos que colonizaram a porção rural do município de Pelotas no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, foi implantado entre os anos de 2004 e 2006, pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ, com o apoio de equipe técnica, vinculada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (CERQUEIRA et all, 2009), tornando-se referência como local de preservação da memória histórica da comunidade ítalo-descendente de Pelotas.

Fruto de um projeto de pesquisa, desenvolvido no período de abril de 2000 a maio de 2002, que tinha como objetivo resgatar a memória histórica história da formação e da trajetória da comunidade italiana pelotense, incluía inicialmente a colônia rural e a comunidade urbana de imigrantes, posteriormente escolhendo como foco a região da “colônia”. Contando com estudos de história oral, iconografia e arqueologia/cultura material, o museu revelou-se um instrumento de valorização da identidade dos descendentes de imigrantes italianos (CERQUEIRA et all, 2008).

O Museu está localizado na Colônia Maciel, 8º distrito de Pelotas, distante cerca de quarenta quilômetros do centro da cidade. A escolha desta colônia como núcleo central de desenvolvimento da pesquisa baseou-se em dois critérios: a) foi identificada como a mais representativa da presença italiana na região de Pelotas (ANJOS, 1995); b) apesar de ter sido instalada pelo governo imperial, jamais foi reconhecida como tal pela historiografia, causando, assim, um descontentamento para a

comunidade de ítalo-descendentes, que deseja o reconhecimento histórico da Colônia Maciel como a 5<sup>a</sup> Colônia Italiana do RS (PEIXOTO, 2003).

O acervo do Museu é composto por uma vasta gama de objetos, das mais variadas tipologias, com destaque especial para o acervo de História Oral do museu, composto por 42 relatos orais.

Estas entrevistas foram realizadas pela equipe do museu, com os mais antigos moradores da região. A forma como estes relatos foram colhidos, obedeceu a uma criteriosa metodologia definida, antes mesmo da criação da instituição. Em um primeiro momento foram mapeados, de acordo com as pesquisas realizadas no ano de 2000, alguns possíveis entrevistados, e a partir deste mapeamento, foram sendo agregados nomes ao rol de possíveis depoentes.

As entrevistas foram todas efetuadas entre o período de 2005 e 2006, paralelamente às atividades de recolha de acervo e às obras de restauro do prédio que viria a abrigar o museu.

Todos estes depoimentos foram coletados de moradores cuja residência estava localizada na Colônia Maciel ou geograficamente próxima. Assim, foram entrevistados não somente descendentes de imigrantes italianos, mas todos aqueles que pudessem falar um pouco mais de como se deu o processo de formação da Colônia Maciel.

A grande maioria dos entrevistados nasceu entre as primeiras décadas do século XX. Duas nasceram no final da década de 1910, seis na década de 1920, seis na década de 1930. Os demais nasceram principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Além de privilegiarem-se entrevistados nascidos em décadas diferentes, de modo a identificar e compreender as modificações sociais e culturais que ocorreram ao longo dos anos, procurou-se também efetuar entrevistas com ambos os sexos. Assim, das entrevistas estudadas, 29 são depoimentos de personagens do sexo masculino e 13 do sexo feminino.

Destarte, os relatos analisados no presente estudo referem-se não ao início do processo de ocupação da Colônia Maciel, mas sim ao período que sucedeu a vinda destes imigrantes e a sua fixação no território. Período em que, inclusive, pode ser localizada cronologicamente a criação da Escola Garibaldi, que nos propomos analisar no presente estudo.

Feitas estas considerações, passaremos a analisar como se deu o processo de criação de um educandário na região.

É consenso entre os pesquisadores que a instrução escolar sempre foi uma das prioridades do governo Italiano junto aos imigrantes. De acordo com o pensamento do período, esta seria a única forma de manter vivos os conceitos de italianidade e os laços com a pátria-mãe. Porém, devido às características dos imigrantes, que na sua grande maioria eram camponeses e analfabetos, a sua distribuição desuniforme no território brasileiro, e ao relativo isolamento de muitas das colônias, os ímpetos de ligação intelectual com a Itália foram bastante prejudicados (TRENTO, 1988, p. 177).

Percebemos que a realidade econômica e geográfica não estimularam muito a educação na região de imigração italiana em Pelotas. O isolamento e a penúria (GIOLO, 2000, p. 132) da grande maioria dos imigrantes aqui chegados, fez com que estes se dedicassem quase única e exclusivamente à economia de subsistência, mesclando a agricultura com a criação de pequenos animais, além do comércio de excedentes e a produção artesanal de vinho.

Esta economia colonial de subsistência demandava o braço familiar como força de trabalho, assim sendo, os filhos eram planejados, criados e educados para que integrassem o grupo familiar e trabalhassem exclusivamente na sua manutenção, até o dia em que o casamento lhes atribuisse a responsabilidade de terem sua própria família (GIOLO, op. cit, p. 133). Desta forma, o trabalho aparecia como uma prioridade natural e a educação dos filhos era colocada em segundo plano.

No esquema produtivo, mencionado acima, onde o principal objetivo do trabalho familiar era melhoria das condições materiais, o que por sua vez iria garantir a ampliação da propriedade, a escola apresentava mais desvantagens do que vantagens. De acordo com Vannini (2004), o *status* colonial não dependia da educação, mas sim da acumulação de terras e capital.

Os imigrantes e seus descendentes, principalmente das primeiras gerações, acreditavam muito mais no valor do trabalho, ou seja, na capacidade pessoal para vencer na vida através de um intenso e continuado esforço físico (FAVARO, 2005) do que através da educação.

Alguns autores (GIOLO, 2000; MAESTRI, 2000) inclusive afirmam que a grande quantidade de filhos das primeiras famílias decorria do intuito de fornecer mão-de-obra para atuar na propriedade.

De acordo com o pesquisador Jaime Giolo, a ida dos filhos para a escola retirava, em uma grande parte do dia, braços produtivos indispensáveis na lavoura, e adicionava ainda mais gastos ao já parco orçamento familiar (GIOLO, op. cit, p. 134), uma vez que, nos primeiros anos que se seguiram à vinda dos imigrantes, a educação era paga e mandar os filhos para um educandário era considerado um desperdício, e representava uma perda de tempo (VANNINI, op. Cit.).

Mesmo indo para a escola, o ensino não tinha muita qualidade, uma vez que as práticas pedagógicas eram rudes e autoritárias, e desobediências eram punidas com uma sequência de castigos, agressões físicas, conforme depoimentos dos senhores João Gruppelli, nascido em 1926, João Casarin, nascido em 1932, e Antonio Luis Portantiolo, nascido em 1933.

O senhor Antonio Portantiolo destaca que “*naquele tempo* [aproximadamente em 1939] *se a gente fazia arte, ele* [o professor] *dava com a palmatória nas costas, e ainda ficava de castigo*”. Além disso, a escola era tida, pelos alunos, como uma forma de diversão, uma maneira de não precisar ajudar os pais na lavoura, conforme brinca o senhor Pedro Potenza, nascido em 1935 “*quando a gente estava estudando, pelo menos não precisava trabalhar na lavoura, né?*”.

O senhor Pedro Potenza completa a fala, afirmando que, no meio rural, as crianças geralmente começavam a trabalhar muito cedo, ajudando os pais, tanto nas lidas domésticas quanto na lavoura. Em sua opinião, isto era bastante positivo, primeiro, porque estando ocupados fazendo algo produtivo, não lhes sobrava tempo para brigas com os irmãos, e, segundo, porque a criança começava a aprender um ofício, o que lhe seria de grande utilidade quando se tornasse adulta.

De acordo com o historiador Mário Maestri (2000, p. 91), mais de 50% dos imigrantes chegados ao sul do Brasil, no final do século XIX, não sabiam ler e escrever, conforme corrobora a afirmação de Maria Zanetii Formentin, nascida em 1931, que diz que seus pais “*não sabiam nenhuma letra, eram analfabetos, tanto o pai, quanto a mãe*”. Este fato, de certa forma, contribuiu para a pouca importância que a educação tinha nas colônias, principalmente nos primeiros anos que se seguiram à vinda destes imigrantes. Visão diferente tinham os pais da Irene Scaglione Casarin, este ramo dos Scaglione, que, provavelmente, na Itália teriam um nível melhor, pois sabiam ler e escrever, e ensinaram aos filhos.

A lei nº771 de 04/05/1871 determinou que fossem criadas aulas elementares nas colônias, com professores que conhecessem também a língua predominante na região (MAESTRI, op. cit). Já a Constituição estadual de 1891, seguindo os preceitos comteanos, insistia na obrigação do Estado em oferecer a todos o ensino primário (DE BONI, 1980, p. 246).

Contudo, a realidade vivida na região colonial de Pelotas era diferente. A região onde atualmente está localizada a Vila Maciel passou a contar com a primeira escola municipal apenas em meados da década de 1910, existindo anteriormente apenas algumas escolas particulares, de efêmera duração, conforme pode ser apurado através da análise dos depoimentos.

De acordo Paulo Possamai (2005, p. 99), as primeiras escolas nas colônias italianas no Rio Grande do Sul surgiram por iniciativa de professores e da comunidade, que participava através do

pagamento do salário do professor. Para o autor, isto na verdade era uma situação provisória, uma vez que todos esperavam pela chegada da escola pública, que liberaria os pais de pagarem o salário do professor e assim garantiria que o ensino fosse em português, o que por sua vez favoreceria a inserção dos jovens na nova pátria.

Logo, podemos considerar a ausência de escolas étnicas em Pelotas como uma prática que estava inserida dentro de uma política de assimilação dos imigrantes pela sociedade brasileira.

As escolas étnicas, como são chamadas, eram aulas elementares que ensinavam as noções básicas de escrita, leitura e cálculo. O ensino, nestas instituições, era em italiano, e elas comumente recebiam material didático do Governo Italiano (LUCHES; KREUTZ, 2010). Na colônia Maciel, conforme relatos, não existiu uma escola étnica nos moldes tradicionais, ou seja, com ensino na língua italiana.

Contudo no texto de Carl Otto Ullrich, datado dos últimos anos do século XIX, temos a indicação da existência de duas escolas na Colônia Maciel, uma da comunidade e uma do governo, sobre as quais não foi possível encontrar maiores informações nas fontes consultadas.

Nas escolas particulares, em geral um colono mais instruído assumia a tarefa de educação institucional (MAESTRI, 2000), o que pode ser comprovado, se analisarmos os depoimentos analisados, nos quais vários depoentes citam os nomes de professores com os quais tiveram aulas e que eram naturais da zona rural de Pelotas. Dentre estes, podemos citar os nomes de Dário Campos, Egídio Soares Camargo (que também atuou como fotógrafo), Ivo Dutra, Aníbal Garcia, Oscar Fischer e José Rodeghiero.

Em relação à primeira escola de que se tem notícia, da qual temos um registro fotográfico, esta instituição estaria localizada na Comunidade São José, que de acordo com a senhora Angelina Casarin Zanetti teria funcionado nos primeiros anos na própria igreja da Comunidade, e posteriormente, na década de 1930, teria sido transferida para um prédio próprio.

Especificamente na região hoje conhecida por Colônia Maciel, a primeira escola teria sido criada somente na década de 1910, a qual tinha como professor regente o senhor José Fontoura Grilo. Esta teria sido uma instituição sob responsabilidade do Governo Estadual, mas que, devido à pouca frequência de alunos, foi fechada e o professor transferido para outra localidade.

De acordo com o senhor Jorge Blas, nascido em 1922, a Colônia Maciel passou muito tempo sem ter nenhuma escola. De acordo com ele, “*não tinha colégio, mas depois apareceu aqui na colônia Maciel esse ‘coleginho’*. Ali eu estudei (...). Oscar Fischer era nosso professor”.

O senhor Oscar Fischer, além de professor, era também reverendo, de acordo com o senhor Carlos Blas, que nasceu em 1926. Num primeiro momento, o mesmo irá lecionar em colégios particulares, e depois atuará em uma escola municipal no Rincão da Caneleira, fundada no final da década de 1910.

## A ESCOLA GARIBALDI

Em 1915 foi criada uma escola regida pelo senhor Mauricio Vergara, o qual, de acordo com relato do senhor Natal Rodeghiero, nascido em 1928, era um colégio particular, onde o governo (não soube precisar em qual âmbito) pagava parte do salário do professor e os pais pagariam o restante.

Ainda de acordo com o senhor Natal, pelo fato deste professor ser “brasileiro”[\[4\]](#), ele teria se envolvido em uma série de desentendimentos com a comunidade, sendo inclusive ameaçado de morte por alguns pais. Com a intervenção do então subprefeito, o professor Mauricio foi retirado da escola e, em seu lugar, assumindo a regência provisoriamente, foi designado o professor José Rodeghiero, nascido em 1894, pai do depoente Natal Rodeghiero. Alguns anos mais tarde, esta escola foi municipalizada, vindo a chamar-se Escola Garibaldi.

De acordo com a monografia “*Histórico da Escola Garibaldi*”[\[5\]](#), em 1928, o então prefeito Augusto Simões Lopes e o diretor de instrução Dr. João Brum de Azevedo, juntamente com o senhor Pedro Bachini Filho, morador da Colônia Maciel, “insaciáveis pelo desenvolvimento da instrução na nossa terra, deram início a grande obra que é a Escola Garibaldi, que servirá a causa pública e patrocinada como homenagem à Colônia Italiana”. Desta forma, através do decreto de criação nº 1739 de 17/08/1928 é que a referida instituição passa a existir oficialmente.

Ainda no ano de 1928, têm início as obras de construção da futura sede da Escola Garibaldi, em um terreno que foi doado pelo Estado, e estava localizado próximo ao *barracón*[\[6\]](#), que funcionava, na época, como capela.

Com a conclusão das obras de construção do prédio e a aprovação em concurso realizado em fevereiro de 1929, o professor José Rodeghiero assume efetivamente a regência da escola. O referido professor teria sido nomeado pelo ato nº 39 de 28/02/1929, assinado pelo prefeito Sr. Dr. João Py Crespo, mas somente em abril o mesmo passou a residir na Colônia Maciel, na casa que foi construída especialmente para servir de residência ao professor da escola e que ficaria ao lado desta.

De acordo com o “*Histórico da Escola Garibaldi*”, o dia 11/04/1929 é assinalado como o dia em que “foi iniciada a luta contra o analfabetismo na Colônia Maciel”.

Precisamente sobre o cotidiano desta instituição, foram poucas as referências encontradas nos arquivos consultados. Através do *Livro de Notas* da instituição, sabe-se que as disciplinas ministradas pelo regente da escola, desde a sua fundação, eram português, matemática, história pátria, geografia, *siencias* (sic) físicas e naturais, educação moral e cívica e educação higiênica. Além destas disciplinas, eram avaliadas questões como higiene, comportamento, bem como o número de faltas.

Através da análise destes documentos, percebem-se que, além de modificações no sistema de ensino, ocorreram mudanças também no próprio registro destas informações. Por exemplo, em 1938, ocorreu uma alteração na forma em que o *Livro de Atas* passou a ser escrito. Os resultados até então apareciam em forma de lista, com o nome completo do aluno e ao lado sua respectiva nota (denominada grau), aparecendo em primeiro lugar o nome dos meninos e em seguida o nome das meninas. A partir desta data, foi feito um texto corrido, sendo os alunos separados conforme o sexo e conforme a série que cursavam, sendo apenas relacionados os seus nomes, seguidos da indicação “aprovados” e “reprovados”, sem constar a nota destes<sup>[7]</sup>. Além disso, após o ano de 1967, passou a ser registrada, no *Livro de Matrículas*, a religião dos alunos<sup>[8]</sup>.

Tanto no relatório, quanto no *Livro de Atas*, estão apresentados inúmeros fatos que marcam a trajetória da Escola Garibaldi. Entre estes, podemos destacar: a realização de festas de encerramento do ano letivo; entrega de premiações aos melhores alunos; produção de relatórios anuais da Semana da Pátria e do Dia da Criança por parte dos alunos<sup>[9]</sup>; saídas de campo para a zona urbana de Pelotas ou outras cidades; doação, por parte da extinta Sociedade Cooperativa Viti-vinícola Pelotas Ltda., da qual o senhor José Rodeghiero era presidente, de considerável quantia em dinheiro, que foi utilizada na compra de um relógio para a escola<sup>[10]</sup>.

Melhorias na infraestrutura também eram relatadas. Por exemplo, em fevereiro de 1949 foi feita a canalização de água, sendo colocado um lavatório na escola e uma pia na casa do professor.

Ao longo da sua trajetória como professor na escola o senhor José Rodeghiero ganhou seguidos aumentos, somando cerca de 250% de aumento salarial, em 14 anos. De acordo com o relatório, o aumento se justifica, pois ele [o professor] “trouxe desenvolvimento para o ensino desta terra”.

Inexistem atualmente, em poder da escola, fotografias dos primeiros anos. A explicação para isto encontramos no próprio relatório elaborado pelo senhor José, quando o mesmo coloca que um terrível incêndio atingiu a sua residência e muitos documentos da escola, que ali ficavam guardados, foram destruídos.

A história da escola se mescla, de certa forma, com a trajetória de atuação do senhor José Rodeghiero. O mesmo ficou à frente do ensino na referida instituição por 29 anos consecutivos, mesmo havendo tentativas de retirar o professor da escola, tais como abaixo-assinados e reuniões com o pároco. Mas todas as tentativas se mostram infrutíferas, e acabaram dando ganho de causa ao professor, de modo que o mesmo permaneceu no posto para o qual fora designado por um largo período de tempo. Ele encerrou as atividades naquela escola tão-somente devido a sua transferência para outra instituição. Isto se deu em 1951, quando foi transferido para a Escola Euclides da Cunha, localizada também no interior do município de Pelotas.

José Rodeghiero, primeiro professor da escola, é lembrado pelos ex-alunos como sendo bastante rígido. De acordo com o Senhor João Gruppelli, nascido em 1930, que estudou na escola Garibaldi e teve como tutor o senhor Rodegueiro, este seria um professor “*muito duro*”.

O senhor Antonio Portantiolo, nascido em 1945, que estudou juntamente com a sua irmã na escola, conta que as aulas do professor Rodeghiero eram boas, mas que “*ele era muito rigoroso*”, e que, em caso de desobediência, havia inclusive castigos físicos. Vale destacar que, analisando a data de nascimento do senhor Antonio Portantiolo, suas lembranças são reforçadas pela memória de pessoas mais velhas, uma vez que o mesmo provavelmente não teve aulas com o referido professor, tendo em vista a data de desligamento do mesmo das funções de educador naquela instituição.

O relatório redigido pelo senhor Rodeghiero é marcado também pelas críticas do mesmo em relação à “falta de cooperação e a desatenção geral da parte dos pais para com o mestre”.

O ano de 1948 marcou a contratação de uma nova professora, a senhora Maria de Lourdes Rodrigues, que passou a auxiliar o senhor José Rodegheiro e também foi o ano com o maior número de alunos matriculados. Ao todo foram 72 alunos, mesmo número citado pelo senhor João Casarin em seu depoimento[11].

Tendo como objetivo desmistificar algumas questões, efetuou-se um levantamento junto aos documentos consultados, do número de alunos que estudaram na escola, sendo ainda, quantificados conforme o sexo.

Conforme foi possível averiguar, com o passar dos anos houve um pequeno crescimento no número de alunos matriculados na escola, que pode ser identificado apenas nos primeiros três anos, ou seja, de 1929 a 1931, quando chegaram a estar matriculados 47 alunos. Logo após o ano de 1931, houve um declínio no número de matrículas, a ponto de em 1933 ser registrado o menor número de matrículas desde a fundação da escola, apenas 28 alunos. Após esta data, houve um gradual

crescimento no número de matrículas. Em relação ao número de mulheres, elas foram superiores numericamente apenas no ano de 1930, quando ultrapassaram em três o total de homens.

Na segunda década, o número de alunos teve um significativo aumento nos anos de 1943 e 1946. 1948 foi o ano com o maior número de alunos desde a fundação da Escola. No restante dos anos, não houve muita variação nos números de matriculas. O número de mulheres não ultrapassou o de homens em nenhum ano desta década.

O ano de 1952 marcou o menor número de matrículas desde a fundação da escola: apenas 21 alunos matriculados. Nesta década pode-se dizer que houve um crescimento progressivo relativamente uniforme no número de matrículas, e uma característica que se sobressai em relação às outras décadas: as mulheres ultrapassam os homens numericamente, em praticamente todos os anos, exceto em 1959, mesmo assim, a diferença é bastante pequena.

O último período analisado se refere aos anos de 1961 a 1974, data em que encerramos a análise. Percebemos que ocorreu certo equilíbrio entre o número de matrículas de homens e mulheres. Em cinco anos (1962, 1969, 1971, 1972 e 1973) o número de matrículas de homens ultrapassou o número de mulheres, cuja maioria aparece em sete anos (1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1970). Em relação ao número total de alunos, percebemos que não existia uma linearidade, uma vez que em anos como 1969 existem apenas 29 matrículas, enquanto em 1971, 56.

De posse destes dados, podemos chegar a algumas conclusões. Dos 45 anos analisados, o ano com maior número de matrículas (72), foi o ano de 1948. Mas também foi o ano com a maior evasão escolar: dos 72 matriculados, apenas 39 frequentaram as aulas e fizeram os exames finais. Já em 1949, dos 51 matriculados, apenas 30 frequentaram as aulas e fizeram os exames finais. Além da grande evasão que existiu durante todo o período analisado e exemplificado nestes dois anos, existiam ainda altos índices de reprovação. Estes índices ficavam em torno de 50 e 60%. Em 1954 houve a maior reprovação de todos os tempos, cerca de 80%.

Os grandes índices de evasão e reprovação podem ser explicados pelo fato de os alunos necessitarem faltar à aula em épocas em que o trabalho na lavoura demandava a sua colaboração. Não esqueçamos o pouco tempo despendido para estudo em casa, conforme relato do senhor João Casarin, e a falta de vontade de estudar, que contribuíam para esta evasão ou reprovação.

Isto pode ser comprovado por uma passagem datada do dia 31 de dezembro de 1957, do *Livro Tombo* da Paróquia da Sant'Anna, que diz que mesmo com “escolas muitos bem pagas e em bons prédios, havia pouca frequência (sic)”.

Além disso, existia também a questão da distância a ser percorrida pelos alunos, para que estes pudessem chegar até a escola. Conforme o senhor João Casarin, “*todo mundo ia lá [até a escola] a pé*”. O que pode ser considerado mais uma agravante para os grandes índices de evasão e reprovação na escola. O problema da distância foi resolvido apenas em 1994, quando passou a ser utilizado o transporte escolar oferecido pela prefeitura municipal, ano em que a escola teve um significativo crescimento em seu número de alunos.

Alguns autores, tais como Ismael Antônio Vannini (2004, p. 107), afirmam que para a mulher a necessidade de conhecimento era bastante restrita, uma vez que ela, desde pequena, era responsável pela realização dos afazeres domésticos.

Isto pode ser comprovado de certa forma pelos depoimentos, tais como o da senhora Julia Schiavon Machado, nascida em 1924, que diz que o seu pai não deixava as filhas mulheres estudarem, apenas os homens teriam tal direito. Ela completa afirmando que sabe ler e escrever porque aprendeu com o seu irmão mais velho, mas que o ensino foi realizado na sua própria casa.

Maria Lorenzon, nascida em 1907, também não estudou, devido ao fato de seu pai não autorizar. Conforme a mesma, seu pai enfatizava: “*Tu é mulher! Mulher não precisa estudar*”. E completa ainda dizendo que, de uma família com quatro filhos, e três deles sendo mulheres, apenas o homem estudou. Ela relembra isto, e fala com certa consternação, que sua “*assinatura é o dedo*”.

Contudo, conforme percebemos analisando as informações contidas nos livros de matrícula da instituição, existia um certo equilíbrio entre o número de crianças do sexo masculino e crianças do sexo feminino.

Além disso, não apenas as mulheres eram privadas de frequentar uma sala de aula. Muitos homens também não tiveram a oportunidade de estudar. Comprovando tal afirmação, temos o depoimento da filha do senhor Cesário Zanetti, nascido em 1917, que afirma que seu pai “*não teve nenhum dia de colégio e de aula, ele sabe tudo de cabeça*”. E o mesmo ainda confirma tal afirmação, colocando que era o seu falecido avô que lhe “*ensinava um pouco*”.

Questionado sobre se havia ou não frequentado uma escola, o senhor Luis Antonio Casarin, nascido em 1933, relata que estudou muito pouco, em uma escola paga, da qual ele não mais lembrava o nome, tendo como professor o senhor Ivo Dutra. O mesmo lembra que fora o seu falecido pai que lhe ensinou alguma coisa: “*pouco, porque era só de noite, porque de dia tínhamos que trabalhar (...) mas tem muita gente aí que não estudou*”. Ele destaca ainda que todo o ensino era em “*brasileiro*” (português), informação confirmada pelo senhor Carlos Blas, que estudou em um

colégio localizado na Colônia São Manoel, ainda no distrito do Rincão da Cruz, cujo professor fora o senhor Oscar Fischer.

O Senhor Carlos Blas destaca que era um “*colégio de comunidade, não era assim, vamos dizer, do município. Era particular. O pai pagava uma mensalidade, pagava, me lembro bem, 3 mil réis por mês.*”

A informação de que o ensino era praticado em português é confirmada pela grande maioria dos entrevistados. Desta forma, diferentemente do que afirma Paulo Possamai (2005, p. 99), que “nas escolas provinciais se ensinava português e nas particulares italiano”, podemos concluir que, na região colonial de Pelotas, o ensino sempre foi em português, mesmo em escolas particulares[\[12\]](#).

O primeiro prédio que abrigou a Escola Garibaldi possuía pequenas dimensões. Ele tinha um espaço bastante exíguo para o grande número de alunos que o mesmo iria comportar nos anos seguintes. Edifício construído todo de alvenaria, na fachada frontal haviam duas janelas envidraçadas e uma porta, também envidraçada na parte superior. Para facilitar o acesso ao prédio, foram colocados degraus junto à porta.

A existência de janela de grandes dimensões, bem como a presença de vidros na porta, fazendo desta uma espécie de janela, em caso de permanecer fechada, pode ser explicada pelo fato de proporcionar uma maior iluminação ao interior do edifício.

Ainda em relação ao edifício, o mesmo possui telhado com duas abas, frontão (espécie de platibanda) centralizado logo acima da porta, pintura clara, com apenas uma tonalidade. Acima da porta, percebe-se ainda um detalhe, uma placa que traz o nome da escola gravado no mesmo. A presença desta placa foi relatada pelo depoentes durante as entrevistas por nós analisadas.

Analizando a fachada atual do edifício, percebe-se que existe um alto relevo, que forma uma espécie de moldura para colocação de uma placa, que em tempos pretéritos abrigava o nome da escola. Era essa a estrutura da Escola Garibaldi, que recebeu este nome numa espécie de homenagem “ao herói dos dois mundos, jamais esquecido pela humanidade”, conforme o manuscrito com o histórico da escola.

A lateral esquerda, única vista na imagem, não apresenta nenhuma abertura e conforme o relato do senhor João Casarin, era a parede onde estava fixado o grande quadro negro, no qual o professor colocava as lições. Os alunos “*sentavam entre quatro, enfileirados em cada classe, até o fundo, encostando na parede... Eram duas filas de classes, cheinho, de manhã, e de tarde (...)*”.

Um pouco mais à frente vemos parte de um pequeno córrego que passava em frente ao prédio da escola, ao qual se refere o senhor Antonio Portantiolo em seu depoimento. O mesmo lembra inclusive da pequena ponte sobre o mesmo. O córrego teve seu “trajeto” deslocado para a parte de trás do prédio, na década de 1970, devido às inundações e aos transtornos que causava, conforme afirma o senhor Antonio Luis Portantiolo:

Ali na escola Garibaldi tinha uma pontezinha naquele tempo [antes de 1970], pra cá da escola. Aquela sanguinha que passa do lado de lá, passava na frente da escola. E foi desviada para trás. Tinha uma pontezinha de cimento. Tinha que passar pela pontezinha de cimento. A pontezinha era estreita, só para as pessoas passar, era cerca de um metro de largura.

Cabe aqui destacar que, conforme os relatos analisados, a escola não contou por um longo período de tempo, com banheiro. Para fazer as vezes deste, nos fundos da escola, existia uma “casinha”, de madeira, denominada de “patente”, que tinha a função de banheiro. Apenas na década de 1940 foi instalado um banheiro, com lavatório.

A localização da escola, em meio a um “deserto verde”, num local com poucas casas, sem infraestrutura alguma ao redor, pode ser entendido como uma tentativa do Estado em levar desenvolvimento para aquela região, uma vez que a oferta dos serviços considerados básicos, neste caso a educação, eram um indicativo de seu desenvolvimento. Juntamente com a escola vieram outras melhorias para a comunidade: começaram a ser oferecidos atendimentos odontológicos, vacinas, entre outras ações, conforme pode ser verificado junto a monografia que traz o histórico da instituição.

Com o crescimento da comunidade e o consequente aumento no número de crianças em idade escolar, o prédio que era até então utilizado como escola passa a não ser mais satisfatório. Este aumento no número de alunos pode ser entendido também como decorrente de uma política do governo do estado de nucleamento das escolas em áreas rurais, quando, instituições pequenas foram desativadas e os alunos encaminhados para instituições maiores, centralizadas.

Desta forma, é aprovado o processo de construção de dois novos edifícios para sediar a escola. O início das obras foi no ano de 1973, e sua conclusão em 1974, contou com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Pelotas, cuja exceção ficou a cargo da própria comunidade.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A realização deste ensaio, conforme já referido, teve como objetivo principal trazer à luz o processo de criação/instalação da Escola Garibaldi, instituição pela qual a grande maioria da população radicada na Colônia Maciel teve passagem, e que ainda hoje está presente em suas memórias.

Conforme apontado, os altos índices de evasão escolar e mesmo de reprovação podem ser explicados basicamente pelo fato de as crianças necessitarem faltar à aula em épocas em que o trabalho na lavoura demandava a sua colaboração. E mesmo em períodos nos quais não haviam muitas atividades laborais, o tempo despendido para estudo em casa conforme apontam os entrevistados, era bastante exíguo, o que ocorria basicamente pela falta de vontade de estudar, uma vez que tanto os pais quanto os alunos, não enxergavam grandes vantagens na frequência a uma instituição escolar.

Foi possível identificar também que, ao contrário do que se acreditou por muito tempo, a educação não foi uma das prioridades de tal grupo, diferentemente do que ocorreu com a religiosidade. Logo após a sua chegada em solo brasileiro e a sua instalação na região, os colonos fizeram uso do edifício que foi construído pelo Governo Imperial para os abrigar antes de ocupação efetiva dos lotes, como capela, local que passou a ser utilizado também como espaço para a realização, além de missas, de outros eventos comunitários, tais como encontros, reuniões, quase todos de caráter religioso.

Contudo, mesmo que a educação não tenha sido uma prioridade nos primeiros anos, que tenha sido priorizado trabalho em benefício familiar, com o passar dos anos percebemos que esta realidade foi sendo modificada a ponto de que, a primitiva escola de apenas uma peça ter se tornado obsoleta e ter sido empreendida a construção de dois edifícios de grandes dimensões para que satisfizessem as necessidades surgidas com o aumento do número de alunos.

A escola, mesmo localizada na zona rural do município, se tornou atualmente uma espécie de referência no ensino municipal, recebendo inclusive no ano de 2014 uma premiação a nível estadual, onde foi reconhecido o seu destaque na promoção de iniciativas para a melhoria do ensino[13].

Vale destacar ainda que foi verificada, uma espécie de descompasso entre as informações obtidas através da oralidade, na qual depoentes afirmam um certo privilégio de alunos do sexo masculino frequentarem a escola, em comparação a alunos do sexo feminino, enquanto que os registros escolares dão conta de um certo equilíbrio em relação ao número de alunos conforme o sexo.

Por fim, observamos que a educação na colônia de imigração italiana em Pelotas não acompanha as mesmas prerrogativas apontadas pela historiografia no contexto dos núcleos de imigração italiana

no Rio Grande do Sul. Foi possível identificar que o idioma italiano não foi utilizado nas instituições desta região, bem como não percebemos auxílios por parte do governo italiano na manutenção destes educandários, o que pode ser explicado pelo fato de ser um agrupamento relativamente pequeno, se comparado com a região serrana do estado, para onde afluíram os maiores contingentes de imigrantes desta origem étnica.

Ressalta-se ainda, o quanto a contribuição da história oral possibilitou uma visão mais ampla e de certo modo, distinta sobre o tema por nós estudado, o que com base somente nas fontes documentais não havia sido identificado, ademais, a utilização deste tipo de fontes permitiu vislumbrar uma singularidade com relação a outros contextos de imigração, no contraste com o que aparece de forma hegemônica na historiografia.

Assim, a utilização de memórias orais, em diálogo com outras fontes, tais como fotografias e documentos, permitiu que uma parte importante da trajetória histórica deste grupo, composto basicamente por descendentes de imigrantes de origem itálica que chegaram a esta região em finais do século XIX, fossem descortinados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX**. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.
- ARRIADA, Eduardo. Pelotas - **Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780 - 1835)**. Pelotas: Armazém, 1994.
- CERQUEIRA, FábioVergara; PEIXOTO, Luciana; GEHRKE, Cristiano. **Museu Etnográfico da Colônia Maciel: a trajetória de um equipamento cultural dedicado à memória da comunidade ítalo-descendente de Pelotas**. Pelotas: Revista Memória em Rede/2009. v.1. nº1.pg:70-85
- CERQUEIRA, FábioVergara; PEIXOTO, Luciana; GEHRKE, Cristiano. **Fotografia e memória social: Etnografia de uma experiência em un núcleo rural de colonização em Pelotas**. IN: MICHELON, Francisca Ferreira. TAVARES, Francine Silveira. **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas, EDUFPEL, 2008.
- BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre-Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.
- FAVARO, Clecia Eulalia. **Imigração italiana e cultura material: iconografia e linguagens no processo de transmissão e preservação de valores culturais**. IN: Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre, 2005.  
[www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a2.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a2.pdf), acessado em 15/08/2011.
- FETTER, Leila Maria Wulff. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento social. UCPEL: Pelotas, 2002.
- GEHRKE, Cristiano. **Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. Pelotas: UFPel: PPG Memória Social e Patrimônio Cultural (Dissertação), 2013.

- GIOLO, Jaime. **A educação a distância e formação de professores.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13.pdf>, acessado em 06/04/2015.
- KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio.** Revista Brasileira de Educação, núm. 15, noviembre-diciembre, 2000, pp. 159-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>, acessado em 18/08/2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **A história (oral) da educação: algumas reflexões.** IN: Blog Jurandir Santos, 2002. Disponível em: [http://www.jurandirsantos.com.br/outros\\_artigos/ho\\_a\\_historia\\_\(oral\)\\_da\\_educacao\\_algumas\\_reflexoes.pdf](http://www.jurandirsantos.com.br/outros_artigos/ho_a_historia_(oral)_da_educacao_algumas_reflexoes.pdf), acessado em 15/09/2012.
- LUCHESE, Terciane Angela. **Imigração e educação no Brasil.** Santa Maria: EdUFSM, 2011.
- MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914).** Passo Fundo: EDUPF, 2000.
- MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: EDUPF, 2010.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: Editora da UFPEL/Livraria Mundial, 1993.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** Porto Alegre: EST. Editora, 2001.
- PEIXOTO, Luciana. **Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.** Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História– UFPEL. Pelotas, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Poder. Mnemosine Vol.6, n°2, 2010. p. 2-13.*
- PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.* Palestra proferida em 23 de agosto de 1996, no Departamento de História da UFF. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História Oral.* IN: PERELMITEL, Daisy. **Ética e História Oral.** Projeto História. PUC-SP: São Paulo, 1997.
- POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”. A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. (1875-1945).** Passo Fundo: UPF, 2005.
- THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.** In Projeto História. N. 15. São Paulo: EDUC, 1984.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração Italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paulo, 1988.
- VANINI, Ismael Antônio. **Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no projeto imigratório (Serra Gaúcha - 1890 – 1950).** IN: Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>, acessado em 22/12/2011.
- Fontes:
- Acervo Fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.  
*Livro Tombo da Paróquia de Sant’Anna.* Manuscrito. 1920  
*Histórico Escola Garibaldi.* Manuscrito. 1950  
*Relatório Intendência Municipal.* Intendência Municipal de Pelotas. 1928.  
*Livro de Atas.* Escola Garibaldi. Manuscrito. 1929-1960  
*Livro de Presenças.* Escolas Garibaldi. Manuscrito. 1929-1960  
ULLRICH, Carl Otto. **As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul. (1898)** In: *História em Revista.* Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, nº 5, dezembro de 1999.
- Acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

[1] Para mais informações consultar: MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

[2] Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885), e por fim, a Lei Áurea (1888).

[3] Referindo-se à Colônia de São Lourenço do Sul, de caráter particular, fundada por Jacob Rheingantz, em 1858.

[4] Aparece aqui uma referência ao preconceito que existia na época em relação aos nativos (brasileiros), sempre taxados de preguiçosos e brigões.

[5] Manuscrito redigido pelo Senhor José Rodeghiero, onde contam as transcrições de todas as atas da Escola, bem como alguns aspectos gerais do histórico da Escola Garibaldi, desde a sua fundação, até o ano de 1950. Está guardado no Arquivo da Escola Garibaldi.

[6] Local construído pelo Governo Imperial para abrigar os imigrantes de forma provisória, enquanto estes ainda não haviam ocupado de forma efetiva os lotes que lhes eram destinados.

[7] Estas informações passam a ser registradas em livro separado, sendo identificadas todas as notas obtidas em todos os testes realizados durante o ano, e não apenas a nota final, como acontecia até então.

[8] A título de curiosidade, neste ano, a Escola contava com 56 alunos, dos quais 49 eram católicos e sete protestantes.

[9] Estes relatórios, na verdade, eram um resumo sobre os principais acontecimentos que estavam envolvidos com tal data festiva, geralmente eram confeccionados pelos alunos, e apresentavam uma quantidade grande de ilustrações.

[10] Vale destacar que o mesmo relógio foi, com a transferência do professor José, levado com ele até sua residência, e, em 2004, doado pelos seus filhos Natal e Ariano Rodeghiero, ao *Museu*.

[11] Inúmeros outros profissionais atuaram na instituição ao longo dos anos, entre eles podemos citar Nahir Ondina Rodrigues Oliveira (1951), Nely Nogueira Afonso e Maria Tereza Muller de Vasconcelos (1952), Luis Carlos Alves Pinto (1953), Licelmina Martins Borges e Amélia Ianczczak (1954), Maria Helena Costa (1955), Carmem Porto Lemos (1956), Ácrata Souza Martins (1957), Ivone Martins (1958), Lucia Schiavon Martins e Tania Sirley Cardoso Guido (1963), Leny Esteves (1964), Marlene Pegoraro (1967) e Alda Maria Härter (1968), para mais detalhes ver Gehrke (2013, p.125-126).

[12] Não estamos contando aqui as duas escolas citadas por Ullrich (1980), das quais, conforme mencionado anteriormente, não encontramos maiores informações e que pelo seu distanciamento temporal (1890 aproximadamente) podem não ter deixado rastros nas memórias dos entrevistados.

[13] Conforme matéria veiculada no site da Prefeitura Municipal de Pelotas: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNC0xMS0yNw==&codnoticia=37995>, acessado em 08/06/2015.

# **EL FENÓMENO MIGRATORIO EN LA AGENDA POLÍTICA PARLAMENTARIA (1930-1941)**

SYLVIA ACERENZA PRUNELL<sup>1</sup>

## **1. INTRODUCCIÓN**

El fenómeno inmigratorio presenta aristas diversas, complejos eslabones de una cadena en la que se entrelazan las experiencias humanas vividas, la adaptación al nuevo medio, el recibimiento de la sociedad que lo acoge, las situaciones de rechazo, - entre ellas el racismo-, la elaboración por parte del Estado de legislaciones de carácter restrictivo, al amparo de la defensa del trabajador nacional o arguyendo el tema de la disolución de la identidad nacional como factor determinante para frenar el avance del extranjero.

En este sentido, distintas fueron las posturas elaboradas por los actores políticos, en especial en aquellos períodos en los que la situación de crisis que vivía el viejo continente hacía previsible la llegada de nuevos contingentes de inmigrantes.

El tema de la inmigración masiva formó parte de la agenda parlamentaria en la década del treinta y comienzo de los cuarenta. La aprobación de proyectos de ley reguladores del fenómeno migratorio cada vez más restrictivos, no inhibió la presentación de propuestas que aportaban otro tipo de soluciones, la mayoría de las cuales fueron desechadas en el marco de la legitimación de una avanzada represiva que otorgaba a la policía mayores poderes para llevar adelante deportaciones y detenciones sin la intervención del Poder Judicial, violando así, las disposiciones constitucionales

Este trabajo realiza un acercamiento a la labor parlamentaria en torno al fenómeno migratorio y al lugar que éste ocupó en la agenda política. Asimismo, dialoga acerca de la relevancia de las actas parlamentarias como fuentes para la Historia de las Migraciones.

## **2 . LAS ACTAS PARLAMENTARIAS Y SU RELEVANCIA COMO FUENTE PARA LA HISTORIA DE LAS MIGRACIONES**

El proceso de investigación histórica debe estar pautado por la elección del objeto de estudio y la determinación de las fuentes documentales disponibles.

La irrupción de nuevas temáticas e intereses en el campo historiográfico, -superando las barreras de las estructuras políticas, económicas y sociales, e incluyendo la historia de las

---

<sup>1</sup>Ayudante del Departamento de Historiología, Instituto de Ciencias Históricas.

mentalidades, de la vida privada, etc. -, va de la mano de una renovación del concepto de fuente histórica, más amplio e inclusivo. Más estos nuevos insumos no nos deben hacer perder de vistas aquellas fuentes consideradas tradicionales, en el marco de la Historia Política, a la luz de nuevos enfoques, interpelándolas desde una perspectiva basada en nuevos paradigmas.

Partiendo de una tipología de las fuentes históricas, las actas parlamentarias se constituyen en fuentes primarias para el historiador. Testimonio de primera mano de lo discutido en el Parlamento, órgano de discusión de los temas que hacen a la agenda política nacional, han sido cuestionadas por su sesgo elitista. A nuestro entender, esto no las inhabilita de manera alguna. Estas fuentes ofrecen al historiador un panorama de la agenda política nacional, así como las diferentes perspectivas planteadas por los actores partidarios sobre los temas que hacen a la realidad nacional, en el marco de un relevamiento heurístico que permita la contrastación con otro tipo de fuentes.

Este trabajo procura un entendimiento más cabal y profundo de las causas que llevaron a nuestro país al establecimiento de estas barreras, «necesarias» para la construcción de una sociedad homogénea.

Las fechas tomadas como referencia, ofician como jalones en la construcción del corpus legislativo inmigratorio uruguayo. Las leyes y proyectos elaborados durante esta década, marcan el fin de una época respecto del tratamiento del fenómeno migratorio en el Uruguay.

El proceso de aprobación de las mismas, conlleva la presentación de proyectos de ley simultáneos, con variedad de soluciones para el mismo problema: el del inmigrante indeseable.

La variación de los patrones de rechazo a la inmigración, según las épocas y las circunstancias históricas, constituyen una clave para analizar cual era el proyecto de sociedad, - racial y políticamente homogénea -, a la que aspiraba nuestra clase política.

### 3. POLÍTICAS MIGRATORIAS EN EL URUGUAY DE LOS AÑOS TREINTA: EL COMIENZO DE UNA ESCALADA RESTRICTIVA.

El período de la inmigración transoceánica masiva en el Uruguay, abarca desde 1870 hasta las primeras décadas del siglo XX. La llegada de miles de inmigrantes de los más variados orígenes, ha dado a nuestro país su fisonomía cultural distintiva, modificando la composición demográfica y constituyéndose en agentes sociales de vital importancia en el llamado proceso

de «modernización» del país, así como también, en la modificación o reedificación de la llamada «identidad nacional». Durante este proceso, el Uruguay elaboró una imagen de país de «puertas abiertas».

Con los vaivenes propios de los países del cono sur de América, nuestro país fue desarrollando una política inmigratoria que surge como respuesta al fenómeno – nunca como una anticipación – y a coyunturas diversas en las que el país se vio inmerso.

Si bien la inmigración «deseada» no se correspondía la mayoría de las veces con la inmigración recibida, no se establecieron hasta 1890, preceptos legales que determinaran las directivas a seguir por el Estado en materia de causales de rechazo.

Es a partir de la ley 2096 del 19 de junio de 1890, - primer paso importante dado por el Estado en esta materia -, que los prejuicios raciales quedan plasmados en la legislación nacional.

Estos prejuicios, que marcan una orientación estatal en cuanto a cual es la inmigración que el país quiere y necesita, se mantendrán en vigencia hasta adentrado el siglo XX, a través de sucesivas reglamentaciones que gradualmente aumentaban su carácter restrictivo.

Los comienzos de la década del treinta, implicaron para el Uruguay cambios sustanciales a nivel político, económico y social. Los coletazos del crack de Wall Street, y un golpe de Estado en ciernes, hicieron olvidar aquella imagen de la «Suiza de América»: el modelo batllista parecía agotado.

Durante la Presidencia de Gabriel Terra, - derivada en dictadura luego del golpe de Estado de 1933 -, se comenzó el debate de las políticas proteccionistas a nivel inmigratorio para «contrarrestar» los efectos de la crisis económica. Pero esta no era la única causa de las restricciones planteadas al ingreso de extranjeros, sino que asistimos en ésta década, al fortalecimiento de una ideología conservadora, con connotaciones xenófobas y alineada, en el plano internacional, a las concepciones totalitarias europeas. Parámetros como la competencia desleal con el trabajador nacional, fueron usados como pretexto para ocultar el verdadero fin: el de impedir la entrada al país de los llamados «agitadores profesionales», portadores de «ideologías disolventes».

Desde la década anterior habían comenzado a correr los falsos rumores de un complot comunista, del que los extranjeros, nuevamente, fueron chivos expiatorios.

El diputado por el Partido Comunista, Eugenio Gómez, señalaba en 1931 la campaña que tanto a nivel de la prensa escrita como en la órbita del gobierno, se realizaba en contra de la llegada

de los obreros comunistas deportados desde la República Argentina, a los que se les exigían requisitos insalvables, - pasaporte en regla, certificado de buena conducta-, en el marco de una situación de excepción:

«¿Cómo pueden traer documentos los obreros, ni pasaporte siquiera, si ellos son deportados de la Argentina por los fascistas que gobiernan la Argentina?

Nuestros compañeros son sacados de las cárceles por la noche, y llevados al barco de la carrera sin que se puedan entrevistar con ninguno de los miembros de su familia. En estas condiciones no puede exigírseles pasaporte.

Aplicar estas medidas significa poner una traba a la entrada al país - y eso es lo que me interesa y lo que le interesa al partido -, a los obreros comunistas, anarquistas, a todos los obreros de las organizaciones sindicales que son deportados por el gobierno de Uriburu, en virtud de que combaten esa férrea dictadura.»

La crisis económica de 1929 había pegado duro en un Uruguay dependiente de las exportaciones de productos agropecuarios, sumido en un marco de contracción de la economía mundial. El desempleo alcanzó niveles insospechados, que oscilaron entre los 30.000 y los 50.000 desocupados. Desde todas las tiendas políticas se planteó la urgencia en la búsqueda de soluciones para este flagelo. Es allí que comenzó a visualizarse la necesidad de restringir el ingreso de inmigrantes, entendiendo que los mismos se constituirían en competencia desleal para el trabajador nacional.

Hacia 1931, varias fueron las propuestas presentadas en el parlamento con el fin de regular el fenómeno migratorio. En abril, los diputados del Partido Nacional por Montevideo, Ángel de la Fuente y Gabriel Damboriana (hijo) presentaron un proyecto con el fin de reglar la entrada de extranjeros al país. En la exposición de motivos, ambos legisladores señalaban que: « El problema de la desocupación es ya una dolorosa realidad en el país. (...) Cerrar las fronteras a las corrientes migratorias es, en estos momentos, medida indispensable en salvaguardia de nuestra economía de las conquistas logradas por la clase obrera del país.»<sup>2</sup>

Proyectos como éste, si bien no llegaron a aprobarse, contribuyeron a la construcción de una imagen negativa del inmigrante que constituye la base del proyecto aprobado al año entrante.

La ley de indeseables de 1932, constituye el primer mojón de una escalada de leyes y reglamentaciones proteccionistas que dejan de lado los patrones de rechazo de carácter étnico, - planteados en la Ley de 1890 -, para apoyarse en otros de carácter político – ideológico.

La ley N° 8.868, la llamada Ley de Indeseables, se transformó en una bandera de lucha de los

<sup>2</sup>DSCR, abril 6 de 1931, Tomo 368,p. 45-46

sectores anticolegialistas y afines al terrismo, e hizo salir a la luz fuertes manifestaciones de corte xenófobo.

El debate parlamentario del tema migratorio se vio unido, hermanado, con temáticas tan sensibles a la opinión pública en momentos de crisis económica como el aumento de los índices de criminalidad, la desocupación, el cosmopolitismo, etc.

Esta escalada de odio hacia el extranjero dio lugar a manifestaciones de violencia a las que el Uruguay como sociedad no estaba acostumbrado. El Presidente de la República, reivindicaba estas posturas desde los estrados, reafirmando la implementación de medidas restrictivas e incentivando las reacciones xenófobas.<sup>3</sup>

La ley de Inmigración N° 8.868 de 1932, tuvo un período de discusión largo y complejo. Fue más de un año de debate y de presentación de varios proyectos de ley por partes de los distintos sectores con representación parlamentaria, hasta llegar al definitivo, presentado por el gobierno de Terra a comienzos de 1932. Y es que el principal tema de preocupación de los legisladores era otro: el de los alarmantes niveles de desocupación y la problemática social que había sobrevenido como corolario de la crisis económica internacional. El Parlamento nacional debatía por entonces, varios proyectos de ley, entre ellos, uno destinado a solucionar esta temática. Fue, entonces, la discusión sobre el desempleo la que habilitó la inclusión en la agenda del Poder Ejecutivo del tema de la restricción a la inmigración, enmarcándolo en la competencia desleal al trabajador nacional.

Los debates parlamentarios en torno al proyecto de ley dejaron al descubierto posturas de neto corte conservador, como la planteada por el Diputado nacionalista Eduardo Víctor Haedo, quien pone de manifiesto sus preferencias, al momento de seleccionar inmigrantes: « De todas partes se tenían informes de que efectivamente venían aumentando en forma un poco desproporcionada los elementos extraños a nuestro ambiente [...] lo evidente era que la campaña de la República venían siendo recorrida por una gran cantidad de extranjeros carentes de valores rurales sin noción de nuestro idioma, que andaban de rancho en rancho, de

---

<sup>3</sup> «Cabe recordar otro de los grandes servicios prestados al país por los revolucionarios de Marzo, que Montevideo se había convertido en la Cárcel y el Hospital al servicio de las policías extranjeras que encontraban más cómodo que enviar a sus propias cárceles y a sus propios hospitales a los delincuentes y a los enfermos, otorgarles un pasaporte y pagarles un pasaje de tercera clase con destino a nuestro puerto.Los hombres del viejo régimen, en virtud de no sé qué concepciones de absurda libertad, proclamaban la obligación de recibir en nuestro territorio a todos los desperdicios humanos, sin pensar que nos estábamos convirtiendo en una CLOACA de degenerados procedentes de todas partes del mundo. El Gobierno de la Revolución ha prestado al país un enorme servicio devolviendo al país de origen a cuatrocientos maleantes, ladrones, asesinos y proxenetas y a trescientos setenta y cinco inadaptados, inútiles para el trabajo, que infectaban nuestra ciudad vendiendo baratijas, principalmente corbatas, pidiendo limosna, durmiendo de noche hacinados cinco o seis en una misma habitación y alimentándose en los comedores oficiales, cuando no convirtiéndose en cómplices de raterías para presentarse como habitantes de nuestras cárceles. La población de nuestros hospitales, me lo confirmaba en una conversación ayer el Dr. Claveaux, está compuesta en un gran porcentaje por esa clase de inmigrantes que venían a poner en peligro la salud de nuestra raza." («La Reforma Constitucional. Los discursos del Presidente Terra», Montevideo, s/e, 1934, p. 86)

pueblo en pueblo, a veces ofreciendo alguna mercadería. Por el contrario, serlo, significaría negar la realidad, negar la obra formidable que realizaron los buenos y sanos inmigrantes, los suizos, los españoles, los italianos, los franceses, alemanes, ingleses, etc. Nosotros deseamos que siga viniendo esa información»<sup>4</sup>, en clara alusión a la inmigración judía que estaba arribando a nuestro país.

Entre las distintas posiciones, - mayor limitación posible, cierre transitorio o ninguna restricción -, existió un enfoque diferente, planteado por el diputado socialista Líber Troitiño<sup>5</sup> que, si bien defiende el derecho a la libre inmigración, propone una serie de limitantes de importancia que oficialían como causales de rechazo, como lo son la no aceptación de inmigrantes que vengan con contrato de trabajo. Resulta ilustrativo el ejemplo esgrimido por el diputado para mostrar los efectos negativos de este tipo de inmigración: el de las organizaciones obreras norteamericanas.<sup>6</sup>

«En Estados Unidos, por ejemplo, las leyes restringiendo la inmigración han sido establecidas principalmente debido al esfuerzo de las organizaciones obreras que allí han existido; restricciones para evitar que obreros acostumbrados a un nivel de vida mucho más inferior, que obreros analfabetos sin espíritu de clase, sin educación gremial, vinieran a destruir las organizaciones de los obreros norteamericanos y a rebajar su nivel de vida.»

La postura del diputado socialista se basa, entonces, en la defensa del trabajo nacional, y se manifiesta contraria a todo fomento artificial de la inmigración, como por ejemplo los adelantos sobre pasajes y demás políticas implementadas por el Estado uruguayo con anterioridad a la crisis económica mundial de 1929: la abundancia de mano de obra, se traduce en la posibilidad de disminuir el jornal y abaratar los costos del capitalista.

Líber Troitiño, marca su posición respecto a los beneficios otorgados a la inmigración que arriba con contrato de trabajo, calificando esta disposición como «un enorme peligro», en un contexto de crisis económica y de niveles de desocupación alarmantes: «La inmigración que hay que impedir, a la cual hay que cerrar inmediatamente las fronteras, como lo han hecho varios países desde hace muchísimos años, es a la inmigración contratada. Puede admitirse solamente para los artistas, para los conferenciantes o para los técnicos.; pero en contra de lo

---

<sup>4</sup>DSCR, Mayo 25 de 1932, Tomo 375, p. 848

<sup>5</sup>Hijo de Adrián Troitiño, gallego, de filiación anarquista y fundador del Sindicato de vendedores de diarios y revistas.

<sup>6</sup>Cfr. M. SELLER,, «*Perspectivas históricas de la política estadounidense de inmigración: estudios de casos e implicaciones actuales*», R. HOFSTETTER,, «*La política de inmigración de los Estados Unidos*», Argentina, Ed. Tres Tiempos, 1990, pág.269 Ya a finales del siglo XIX, las primeras restricciones a la inmigración operadas en Estados Unidos fueron aplaudidas por las Federaciones Obreras norteamericanas, que consideraban que los inmigrantes «les estaban quietando puestos de trabajo, servían de rompehuelgas y trabajaban por salarios inaceptables para los nacidos en el país»

que sostiene este proyecto, por el que se quiere restringir la inmigración de ideas y la inmigración de las tendencias de los hombres que deseen llegar a nuestro país, lo único que debemos establecer es el impedimento para la inmigración que venga exclusivamente para quebrar la unidad, el nivel de vida, la organización y las luchas de la clase trabajadora "<sup>7</sup>

La defensa del trabajador nacional, del obrero agremiado, del dirigente sindical, está planteada en todo momento y es en este marco que se plantean estas restricciones al ingreso. Troitiño, como hijo de un importante dirigente sindical, tenía la clara visión de los efectos perniciosos de esta ley, - impulsada por los sectores más reaccionarios del ambiente político nacional -, que pretende impedir la entrada a determinados inmigrantes con determinadas tendencias políticas o filosóficas, bajo el pretexto de la penosa situación que atraviesa el país.

Pese a las discusiones al interior de los Partidos Colorado y Nacional, pese a las distintas posturas presentadas el Parlamento en esos largos meses de debates, de proyectos alternativos, de marchas y contramarchas, el año 1932, en vísperas del golpe de Estado del Dr. Gabriel Terra, se aprueba la Ley de Indeseables y se abre una puerta al camino de restricciones y escollos insalvables a los inmigrantes que sufrían persecución política – ya sea en los países de origen, ya sea en los de arribo, como es el caso de los anarquistas y comunistas expulsados durante la dictadura de Uriburu – y cuya deportación, equivalía en algunos casos, a la pena de muerte.

Como hemos visto anteriormente, las disposiciones rechazadas por el Partido Socialista respecto a la inmigración contratada no sólo fueron integradas a la citada ley, sino que fueron ampliadas en los decretos reglamentarios sucesivos.

La ley potenciaba, en su articulado, el control estatal sobre el fenómeno migratorio. Se amplía la condición de inmigrante de rechazo respecto a la ley de inmigración de 1890, estando impedido el ingreso a los condenados por delito del fuero común, maleantes, ebrios consuetudinarios, enfermos mentales, los que padecen enfermedades crónicas de los centros nerviosos, epilépticos, cardíacos, enfermedades infecto –contagiosas, mendigos, los que no puedan realizar esfuerzo físico o no mantengan íntegra su capacidad de trabajo Por si todas estas restricciones no fueran suficientes, la ley prescribe que, de manera transitoria y por el término de un año, queda prohibida la entrada de inmigrantes al territorio nacional. Esta disposición podrá extenderse por un año más, decisión que queda en manos del Consejo Nacional de Administración. También transitoriamente, autoriza la entrada, previo informe de la Oficina Nacional del Trabajo, de obreros especialistas contratados, siempre que se

---

<sup>7</sup>DSCR, 4 de mayo de 1932, Tomo 375, pág. 583 - 584

compruebe su necesidad de colaboración en una obra determinada o que dicha especialización no se encuentre en nuestro país.

Si bien en el artículo 1º se señala que quedan exceptuados los condenados «por delitos políticos, los complejos o conexos con delitos políticos», deja librado a las autoridades su admisión al decir «siempre que en su ejecución no se hubieren empleado medios o respondido a móviles que a juicio de la autoridad judicial competente impliquen en la República un carácter de especial peligrosidad». Si unimos a esta disposición, - que deja abierto la categorización de lo «peligroso» a juicio de las autoridades, en vísperas de un golpe de Estado y en un clima de por sí enrarecido -, a la instauración del instituto de la expulsión, fijando el límite temporal previsto a tres meses de su entrada al territorio nacional, el asunto es más grave aún. También podrían ser expulsados los extranjeros residentes, con menos de tres años de permanencia en el país, que hubieran sido condenados por delitos cometidos fuera del territorio nacional.<sup>8</sup>

Unos meses más tarde, y por decreto reglamentario del Poder Ejecutivo, queda establecido de manera transitoria la prohibición de ingreso al territorio nacional de aquellos que carezcan de recursos para subsistir por el término de un año, exceptuándose los agricultores con contrato de trabajo y los artesanos contratados.<sup>9</sup>

Todas las disposiciones contenidas en esta ley configuraban el primer paso de una política inmigratoria fuertemente excluyente, contraria a las definiciones que sobre el particular había tenido el país en todo el período de inmigración masiva.

Fueron varios los obreros deportados debido a la aplicación de la Ley de Indeseables, en su mayoría anarquistas y en menor medida, comunistas. La puerta había quedado abierta a nuevas medidas restrictivas.

#### 4. HACIA LA «LEY DEL ODIO»: LA ESCALADA RESTRICTIVA (1932-1936)

##### 4.1 – Las medidas gubernamentales y la postura presidencial

En el período comprendido entre mediados de 1932 y finales de 1936, la legislación fue, progresivamente, aumentando los condicionamientos al ingreso.

A menos de dos meses de aprobada la ley, las reglamentaciones dictadas por el Poder Ejecutivo en el mes de septiembre del '32 – a través de cinco decretos en un lapso de 11 días -, demuestran la importancia que revestía el tema a nivel gubernamental.

<sup>8</sup> - Cfr. Texto completo de la ley en «Registro Nacional de Leyes y Decretos, Año 1932», Montevideo, 1932, pág. 396 y ss.

<sup>9</sup> - Decreto del 6 de septiembre de 1932.

Entre las medidas aprobadas, se encuentra el establecimiento de un monto mínimo de dinero, - 600 pesos -, que debían justificar los extranjeros al momento del ingreso al territorio nacional y que garantizara su subsistencia por el término de un año; la inclusión, dentro de la categoría de inmigrante de rechazo, a los que resulten embarcados en contravención a las disposiciones de inmigración; el requisito de la expedición del certificado de buena conducta y aptitud para el trabajo, otorgado por un agente consular, y la reglamentación de la actuación policial en la aplicación de la ley, y en la elaboración de un *Registro de expulsados y no admitidos*.

Esa era la actitud del gobierno, que confunde ilegalidad con revolución, que olvida la composición aluvional de una sociedad que aún estaba procesando la asimilación de los grandes contingentes de inmigrantes que durante décadas arribaron a nuestro territorio, encontrando un lugar en el que, no exentos de dificultades, lograban insertarse.

El 23 de marzo de 1934, la Asamblea Constituyente aprueba la nueva Constitución de la República, que entre otras reformas plantea la vuelta al Ejecutivo unipersonal. Esta es la última disposición de importancia respecto del tema migratorio, antes de la discusión y aprobación de la nueva ley de 1936, en el que se plantea un inmigrante sano en cuerpo, mente y alma:

Art. 36 - Es libre la entrada de toda persona en el territorio de la República, su permanencia en él y su salida con sus bienes, observando las Leyes y salvo perjuicio de terceros. La inmigración deberá ser reglamentada por la Ley, pero en ningún caso el inmigrante adolecerá de defectos físicos, mentales o morales que puedan perjudicar a la sociedad.<sup>10</sup>

Hacia 1936, las políticas restrictivas fueron incrementando su tenor en todos los ámbitos. Persecuciones políticas, sindicales, detenciones, agravaban cada vez más el clima de falta de garantías . En julio de ese mismo año, con el estallido de la Guerra Civil española, miles de militantes republicanos se ven obligados a abandonar territorio español y buscando refugio en países de América, entre ellos Uruguay.

El 13 de octubre de 1936, es aprobada la nueva ley, N° 9604, denominada «Ley del Odio». La misma acentúa más el carácter restrictivo y dificulta la entrada de aquellos que huyen de las persecuciones del fascismo y nazismo.

## 5 – 1936: UN NUEVO MOJÓN EN LA SENDA RESTRICTIVA

### 5.1 – Una nueva avanzada restrictiva

---

<sup>10</sup>«La Reforma Constitucional. Los discursos del Presidente Terra», p. 100.

En 1936, como dijimos, la coyuntura nacional e internacional se había polarizado.

Las tentativas de creación de un frente común de oposición al gobierno marxista habían fracasado, la situación de preeminencia de regímenes de carácter totalitario, tanto en América como en Europa y la guerra civil desatada en España por el alzamiento franquista contra la Segunda República, pautaban la sensación de desazón y de aumento de la violencia a nivel mundial.

En este marco es que se plantea la renovación de la legislación inmigratoria vigente hasta el momento, - la ley de indeseables de 1932 -, a tan sólo cuatro años de ser aprobada y puesta en práctica.

¿Cuáles fueron entonces los motivos que llevaron a la modificación de esta ley que de por sí, ya había aumentado las restricciones de manera significativa?

Veamos lo que dice al respecto la Comisión Parlamentaria encargada de la redacción del proyecto en su exposición de motivos:

«Las modificaciones a la ley de julio de 1932 traducen una necesidad nacional, inspiradas en el propio texto de la Constitución de 1934, concretan algunas disposiciones defensivas para la tranquilidad pública. Se procura dotar a las autoridades, en cuyas manos está el control de los extranjeros, de medios legales para detener el avance de la infección espiritual más terribles, si cabe, que los flagelos físicos.

El país desea vivir en paz. El país desea desarrollar y perfeccionar el régimen democrático republicano que libérrimamente se ha dado. Toda doctrina coercitiva de carácter exótico que intente destruir sus instituciones como enemiga debe considerársele. Las luchas políticas que se desarrolleen, por hondas que sean las divergencias tienen un solo campo: la República [...] Aquéllos que no lo hagan, intentando socavar violentamente las bases de la nacionalidad, resultan de una peligrosidad evidente. Para evitar la contaminación ha de alejarse al vehículo de contagio o impedir su entrada. Tales las directrices que justifican las enmiendas propuestas. Hoy con mayor razón que nunca, ya que el propio desconcierto y desgarramiento de la vieja civilización occidental, nos obliga a prevenir nuestra incipiente pero vigorosa conciencia americana, de la acción corrosiva proveniente de agentes extraños.»

Las intenciones de la Comisión de Legislación, - integrada por miembros del Terrismo y del Herrerismo -, son claras: impedir, por todos los medios, el ingreso y la permanencia en el país de extranjeros portadores de ideologías que mediante el uso de la violencia minen las bases fundamentales de la nacionalidad. El carácter de «especial peligrosidad» que habilitaba la

intervención del Estado y la expulsión o prohibición de ingreso a aquellos que tuvieran condena por delitos políticos en sus lugares de origen. La obligatoriedad del certificado consular, expedido por un cónsul de carrera, donde constara la desvinculación de los portadores de todo organismo social o político que busque destruir por medio de la violencia las bases de la nacionalidad, como requisito para el ingreso era una de las nuevas disposiciones restrictivas que, orientaban la política inmigratoria del gobierno terrista y sus aliados parlamentarios, los herreristas.

Luis Alberto de Herrera manifestaba su posición en el Senado, acerca de las necesidades aumentar las medidas restrictivas en el marco de la crisis política padecía el Viejo Continente: «Los sucesos, en esta hora dramática para la humanidad, parecería que marchan al galope. Colocan a nuestro país en una situación nueva que francamente no creíamos ver. [...] El país está desarrollando en la actualidad [...] males exóticos y perniciosos con ideas completamente disolventes de las que son básica y fundamentales: el principio de nacionalidad, que nosotros queremos que sea eterno en la tierra artiguista; de la disolución de la familia, el ataque de todos los conceptos esenciales y el asalto a la creencia. Deshacer, destruir, desnaturalizar lo que hemos heredado de nuestros mayores, y que está profundamente arraigado a nuestra tradición hondamente hispánica»<sup>11</sup>

Esta ley, definitivamente, marcaba la legitimación de una avanzada represiva que otorgaba a la policía mayores poderes para llevar adelante deportaciones y detenciones sin la intervención del Poder Judicial, violando así, las disposiciones constitucionales.

## 5.2 – El diputado socialista Emilio Frugoni y la defensa de las libertades

Al contrario de lo sucedido en 1932, la postura socialista llevada adelante por el Dr. Emilio Frugoni – fundador del Partido Socialista y ex Decano de la Facultad de Derecho de la Universidad de la República -, fue intransigente en cuanto a la imposición de nuevas limitaciones al ingreso de inmigrantes a nuestro territorio, ya que a su entender este proyecto «lesiona en su forma más peligrosa, preceptos constitucionales que son una salvaguardia para todos los habitantes del país. (...) No podemos, de ninguna manera, admitir que un proyecto de las proyecciones de éste, que puede representar peligros tan graves para la libertad y los derechos individuales de muchos hombres honestos, - trabajadores útiles que se encuentran incorporados a las actividades necesarias de nuestra colectividad, - se trate a tambor batiente, sin el asesoramiento necesario, sin el pronunciamiento del Ministro del ramo, si quisiera un

---

<sup>11</sup>DSCS, Octubre 13 de 1936, Tomo 405, pág. 478.

dictamen amplio y completo que agote todos los aspectos de la cuestión que plantea.»

La argumentación de Frugoni en esta única sesión de debate, se centra en la intencionalidad del gobierno de Terra de lesionar a las organizaciones gremiales, sociales y políticas, integradas por inmigrantes, incorporados a nuestra sociedad, como «trabajadores honrados, cuyo único delito consiste en esa inquietud espiritual propia de su condición de oprimidos, en ese anhelo legítimo y sano de justicia social que los lleva a agitarse y a luchar a veces hasta con abnegación y verdadero sacrificio, por el mejoramiento o elevación de sus compañeros de clase. (...) De sobra sabemos todos que esta ley se dicta para alejar del país a los trabajadores extranjeros o a los extranjeros trabajadores que se muestran activos en la organización de su clase, tanto en el campo gremial como en el campo político, y acaso son precisamente las actividades del primero de dichos campos las que mayormente han de atraer sobre ellos el rayo de la deportación.»

Y es que la aplicación de la Ley de Indeseables de 1932 había dado lugar a la deportación y la prisión de extranjeros involucrados en causas sociales, sin mediar en su accionar la aplicación de la violencia. Uno de los casos paradigmáticos en los que se funda la argumentación jurídica de Frugoni es el caso del anarquista Simón Radowisky, a quien se quiso extraditar mediante la aplicación de esta ley.

La Ley de 1936, era pero que su antecesora en cuanto a los elementos represivos. El Poder Ejecutivo era autor, ejecutor y juez, pasando por encima del principio de la separación de poderes y eliminando las garantías de los procesos formales llevados adelante por los integrantes del Poder Judicial. La pena impuesta para los extranjeros que participaran de actividades «subversivas», era la expulsión.

La ley habilitaba a aplicar este castigo a los extranjeros con hasta tres años de residencia en el país, a excepción de aquellos casados con uruguayas o con hijos nacidos en el país. Estos inmigrantes habían huido de sus países de origen perseguidos por regímenes de corte fascista y la repatriación era el peor de los suplicios. Ante la discusión de si la expulsión constituía o no una pena Frugoni reclama:

«-¿Cómo no ha de constituirlo, señor Presidente, cuando nosotros vemos las penurias a que se ven condenados los trabajadores que, después de haber pasado cerca de tres años en nuestro país, cuando han logrado incorporarse a las actividades productivas y conseguir trabajo regular en fábricas o talleres, o en nuestros campos, son de pronto arrancados de todo eso, extraídos del seno de esas vinculaciones, para ser lanzados bruscamente al azar, conducidos por barcos

donde los ha puesto la mano de autoridades despóticas para que deban ir a golpear las puertas de su país de origen, cayendo, muchas veces, en las garras de las propias autoridades de que han venido huyendo como víctimas de la persecución implacable de los fascismos inhumanos? Medítese en ello. Cómo la expulsión ha de representar una pena, por consiguiente para todos estos trabajadores que han venido de Italia, o que han venido de Alemania, porque allí no podían vivir en virtud de las persecuciones de que eran objeto, que han debido fugar de los campos de concentración, que han eludido la persecución implacable de que resultaban víctimas y de repente nuestras autoridades, con el pretexto de que están desplegando actividades nocivas o que están sosteniendo y defendiendo ideologías peligrosas, los fletan en un barco para que vayan a caer precisamente en las garras de las autoridades, de las que, con mucho trabajo, y a veces por milagro, han logrado librarse!»

Italia, presa del fascismo, y España, librando una guerra que por ese entonces tenía un final incierto, eran los países de los que provenía la mayoría de los inmigrantes que llegaban a nuestro puerto. También la presencia de inmigración judía, que escapaba de la persecución nazi, tuvo cierto peso por esos años. Expulsarlos, devolverlos a su patria era condenarlos prácticamente a la muerte. Frugoni, consciente de las atrocidades jurídicas que plantea la ley, se detiene en este punto para tratar de demostrar a la coalición de gobierno las consecuencias de este tipo de planteamientos: «Hoy, desgraciadamente, hay muchos países en el mundo y precisamente en Europa, de donde nos llegan nuestras grandes corrientes inmigratorias, que se hallan gobernados por regímenes de reacción y de tiranía en que los trabajadores que son devueltos al seno de sus autoridades ya sabemos de antemano cual puede ser la suerte que les estará reservada. España es todavía un ejemplo de república democrática. De aquí en adelante, si llegara a triunfar la reacción encabezada por el general Franco, retrocederá al despotismo.

En ese caso, entonces, España, estará en la misma situación de Italia y de Alemania, donde los pobres trabajadores que sean enviados desde aquí, por comunistas o anarquistas, serán encarcelados y sometidos a quien sabe qué torturas y persecuciones.»

La defensa de los derechos humanos de los inmigrantes y la búsqueda de la igualdad de nacionales y extranjeros llevada adelante por el Partido Socialista y su figura emblemática, Emilio Frugoni, constituyeron una de sus causas principales. Ya en 1913, fue él quien planteó en el Parlamento la angustiosa situación de los inmigrantes rusos recién llegados al país y a la espera de las tierras prometidas por el gobierno, mientras se hacinaban en el Hotel de Inmigrantes.

Esta defensa no sólo se manifestó en su accionar parlamentario, sino también en la predica

llevada adelante desde su órgano de prensa, «El Sol», cuando los gobiernos despóticos no ejercieron la clausura como arma para callar a la oposición.

Para finalizar, queremos señalar un argumento expuesto por el Dr. Frugoni en la Cámara de Diputados, ante la posición del terrorismo y sus aliados sobre la imposición de la expulsión como castigo de aquellos que forman parte de organizaciones políticas que mediante la violencia atenten contra el régimen democrático republicano de gobierno:

«¿Qué otra cosa han hecho los miembros de los partidos políticos oficialistas que se sientan en esta Cámara? ¿Acaso ellos no constituyeron una especie de gran asociación para delinuir contra la Constitución que ellos se habían comprometido a aceptar, contra las instituciones perfectamente surgidas del seno de la voluntad nacional, expresada en elecciones libérrimas, tal vez las más correctas que se han realizado nunca entre nosotros? Y, sin embargo, estos señores que han atentado contra la Constitución, que han atentado según el propio punto de vista en que ellos se colocan, contra los principios básicos de la nacionalidad, porque han derribado el régimen republicano democrático, - si no en su expresión doctrinaria, que dicen respetar, por lo menos en su expresión legal, estructural que debieran haber respetado porque no tenían razón absolutamente ninguna ni derecho alguno para conspirar contra él -, estos señores son los que ahora vienen a proponer la modificación de una ley para, a pretexto de las ideologías que puedan abrigar ciertos extranjeros, multiplicar e intensificar las persecuciones contra muchos hombres que despliegan en el seno de nuestra clase obrera una actividad necesaria, por más que sea molesta para las autoridades actuales.»<sup>12</sup>

La actuación parlamentaria de Frugoni, en la defensa de los derechos de los inmigrantes seguirá durante toda la década del '30, en intentos fallidos de abatir las barreras de ingreso para aquellos extranjeros en situación angustiosa, como lo son los españoles exiliados luego de la Guerra Civil y los judíos que huían del régimen nazi, en una actitud ejemplar, - incansable e incesante -, aún desde la absoluta minoría.

Así se expresó en los proyectos presentados en los años 1938 y 1939, referidos a la situación de estos grupos migratorios.

El proyecto referido a la entrada al país de mil familias judías procedentes de Alemania, buscando su inserción en el medio agrícola o industrial, presentado en la Cámara de Diputados, surge de «un sentimiento irrefrenable de solidaridad humana [...] ante la angustiosa situación creada en Alemania a millares de judíos por las bárbaras persecuciones

---

<sup>12</sup>Ibid, pág. 76.

oficiales que horrorizan en estos instantes a la humanidad civilizada»

En la exposición de motivos, el diputado solicita a la flexibilización de las medidas restrictivas referidas al ingreso de inmigrantes, señalando que está en las autoridades dar un ejemplo de solidaridad al resto de las naciones americanas.

El proyecto durmió en las carpetas de la Comisión de Legislación, no dándose trámite al mismo.

En la misma línea se encuentra el proyecto de ley presentado el año entrante, sobre el ingreso al país de cinco mil españoles que se encuentran en los campos de refugiados de Francia. La idea, al igual que en el proyecto anteriormente mencionado es que los mismos sean sustentados por el gobierno los primeros días y luego se inserten en el medio agrícola.

Frugoni, en la exposición de motivos señala que «Francia ha dirigido un llamado a todos los países del mundo para que le ayuden a resolver el doloroso problema que le crean esos miles de hombres, mujeres y niños acampados a pocos metros de la frontera con España, que todo lo han perdido y necesitan encontrar en otros lugares horizontes menos sombríos para su vida»

Las actuaciones de Frugoni no dieron frutos. Debido a la composición política de las mismas, no encontraron eco ninguna de las dos propuestas. Su tratamiento fue demorado eternamente, ante los reclamos del diputado socialista que reclamaba una respuesta que nunca llegó. De hecho el diputado García Corbo, volvió a plantear la miseria y la escasez de trabajo como excusa para no dar curso al proyecto, señalando que «vendrán a arrebatar el trabajo y el poco pan que disponen nuestros obreros y como triste consecuencia, aumentar la desocupación y hacer más honda la pobreza del obrero criollo»<sup>13</sup>

Ambos proyectos fueron eliminados del orden del día, volviendo a la Comisión de Legislación, de la que nunca volvieron a salir.

A pesar de las restricciones, algunos cónsules ofrecieron su respaldo y solidaridad a las familias judías que huían de la persecución nazi, hecho que fue constatado por las autoridades del Ministerio de Relaciones Exteriores y planteado por circular a todos los cónsules a los efectos de suspender la autorización del viaje a nuestro país en condición de turista a personas que sufran persecución política, religiosa, etc, en su país de origen que inhabiliten su regreso.

## 6. HACIA FINALES DE LA DÉCADA (1939-1941)

La década entera tuvo como protagonista al fenómeno inmigratorio. Sucesivos proyectos e

<sup>13</sup>DSCR, Agosto 9 de 1939, Tomo 428, p. 62.

iniciativas dieron lugar a largos debates en ambas Cámaras. A mediados de 1939 comenzó a discutirse un nuevo proyecto, que estuvo en la agenda parlamentaria durante dos años, hasta su tratamiento en 1941.

Hacia 1940, la Comisión investigadora sobre Inmigración, los senadores Williman, en su condición de miembro informante, Carlos Butler, Arsenio María Bargo y Felipe Amorín Sánchez, presentaron en el recinto parlamentario un proyecto de ley a aplicar «hasta la terminación del actual conflicto europeo y mientras no se promulgue una ley de inmigración, aplicable en la situación internacional que entonces se inicie», señalando en su artículo 1º que «no se permitirá la entrada al país para radicarse en él, tratándose de extranjeros cuyo país de origen haya sido o sea alcanzado directamente por dicho conflicto, a más de cinco personas por nación y por año»<sup>14</sup>, instaurando el sistema de cuotas. Este proyecto no es aprobado, así como tampoco lo es el presentado por una Comisión especial nombrada por el Senado para el estudio del problema de la migración , en un panorama mundial signado por la 2ª Guerra Mundial, los totalitarismos y las persecuciones. Esta Comisión hizo un sesudo informe en el que se visualiza el fenómeno migratorio analizándolo desde el punto de vista histórico - filosófico, a la luz de la legislación migratoria aprobadas desde la Colonia a la fecha de tratamiento del proyecto. Asimismo, realiza un estudio de legislación comparada que aporta interesantes datos acerca de los patrones de rechazo en los diferentes países de América, encontrando que en Bolivia, por ejemplo, existían restricciones al ingreso de rusos, polacos, judíos y balcánicos, prohibiéndose el la entrada de árabes, mongoles, negros mulatos y mahometanos., confundiéndose las apelaciones a la raza como elemento discriminador, con cuestiones religiosas. En Paraguay, se prohibía el ingreso de individuos de «las razas amarilla y negra». De este tenor existen prohibiciones en Perú, El Salvador, Nicaragua, con prohibiciones de carácter racial, étnico o religioso.

El proyecto presentado en la comisión hace caudal de otras iniciativas presentadas por el Poder Ejecutivo, por los Representantes Euclides Sosa y Armando Pirotto y por el Representante Ulises Collazo, recaudando las impresiones sobre el fenómeno del Ministro del Interior, Pedro Manini Ríos.

Este proyecto plantea restricciones al ingreso a los que padeczan enfermedades comprendidas en una lista formulada por el Ministerio de Salud Pública, defectos físicos o vicios orgánicos congénitos o adquiridos que no mantengan íntegra la capacidad de trabajo, toxicómanos y ebrios consuetudinarios, los que hayan formando parte de alguna asociación contraria a

---

<sup>14</sup>DSCS, Diciembre 30 de 1940, p. 489.

nuestro orden social o institucional, o hayan sido expulsados del país o de otro por cometerlos mismos actos, los condenados por delito del fuero común, los mayores de edad analfabetos, mendigos, vagos, prostitutas y proxenetas, así como los gitanos.

Como vemos, se amplia la categoría de inmigrante de rechazo, volviendo a incorporar la restricción al ingreso de gitanos (art. 27 de la ley de 1890), eliminada de la legislación en 1931. Asimismo, se repite como en las Leyes de 1932 y 1939, la mención a las asociaciones contrarias al orden social e institucional. Es llamativo que se agregue a la categoría de inmigrante de rechazo a los mayores analfabetos.

El proyecto fue aprobado por el Senado pero finalmente no fue sancionado.

## 7. CONCLUSIONES

La discusión parlamentaria es reflejo de la polarización social que se vivía en nuestro país en la década de 1930. El tema del ingreso de inmigrantes atravesó todo la década sin encontrar una solución al problema. No hubo unanimidades respecto al tema. Los partidos vieron divididas sus opiniones, e incluso variaron su parecer. Desde el ingreso libre, a las limitaciones o incluso al cierre de fronteras, el fenómeno inmigratorio fue objeto de debate, generando intransigencias y valorizando solidaridades.

## BIBLIOGRAFÍA

### Fuente

Diario de Sesiones Cámara de Representantes.  
Años 1931 – 1932 : Tomos 369, 370, 374, 375.  
Año 1936: Tomo 405.  
Año 1937: Tomo 411,  
Año 1938: Tomo 422  
Año 1939: Tomo 428 – 431

Diario de Sesiones Cámara de Senadores  
Año 1940: Tomo 449  
Año 1941: Tomo 450

### Bibliografía General

CAETANO, G.; JACOB, R.; «*El nacimiento del terrorismo, Tomo III: El golpe de Estado*», Montevideo, EBO, 1991.  
D'ELIA, G.; y MIRALDI, A.; »*Historia del movimiento obrero en el Uruguay. Desde sus orígenes hasta 1930*», Ed. Banda Oriental, Montevideo, 1985.  
HOFSTETTER, R.; «*La política de inmigración de los Estados Unidos*», Argentina, Ed. Tres Tiempos, 1990.

«*La reforma Constitucional. Los discursos del Presidente Terra*», Montevideo, s/e, 1934.  
NAHUM, B.; «*Manual de Historia del Uruguay. 1903 – 1995*», Montevideo, EBO, 1996.  
PARIS, J.; RUIZ, E.; «*El Frente en los años '30*», Montevideo, Ed. Proyección, 1987.  
PORRINI, R.; «*Derechos humanos y dictadura terrista*», Montevideo, Ed. Vintén, 1990.

# **IN UZA TIT: MÚSICA, MEMÓRIA E IDENTIDADE POMERANA NA SERRA DOS TAPES (REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)**

DANILO KUHN DA SILVA<sup>1</sup>

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ISABEL PORTO NOGUEIRA (PROFESSORA ORIENTADORA)<sup>2</sup>

PROF. DR. FÁBIO VERGARA CERQUEIRA (PROFESSOR ORIENTADOR)<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho objetiva emergir notas de pesquisa de doutorado (em andamento) acerca de aspectos memoriais e identitários pomeranos expressos através de seu fazer musical no contexto sociocultural e histórico da comunidade pomerana da Serra dos Tapes (região sul do Rio Grande do Sul, Brasil), distribuída entre os municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Arroio do Padre e Canguçu – o início da imigração pomerana para esta localidade data de 1858, com a criação da Colônia São Lourenço. A pesquisa encontra sustentação no conceito de memória cultural de Jan Assmann (1995), onde uma memória de longa duração se cristaliza em criações culturais em que a memória se objetiva. A memória cultural interpreta a prática comum (muitas vezes fora de seu território, como nos contextos de emigrantes) através de provérbios, ditados populares, canções. Letras de canções contam histórias, narram fatos, expressam ideias, revelam traços culturais, registram a memória e a identidade da comunidade que as criam. É pelo contar histórias que o conhecimento social se torna palpável, pois tais narrativas encontram na música um suporte, possibilitando reflexão sobre a vida comunitária e a herança histórica. A pesquisa foi impulsionada por um trabalho iniciado em 2010 na escola Germano Hübner – zona rural de São Lourenço do Sul –, através do *Projeto Pomerando*, o qual busca (re)valorizar a cultura pomerana da comunidade local. Dentre outras ações, o projeto vem coletando músicas tradicionais e populares, brincadeiras e contos tradicionais pomeranos. Dentre as canções tradicionais pomeranas analisadas, destacam-se *De múta éna hóchtich* (O casamento da vovó), onde foi possível traçar uma rota de emigração pomerana para os Estados Unidos anterior à emigração para o Brasil, e a canção *De fest*, a qual revelou a presença do *misticismo pomerano*, um conjunto de costumes, simpatias e benzeduras que são elementos identitários tanto étnicos quanto sociais.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP / UFPel).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS. Professora do PPGMUS / UFRGS e do Programa de Pós Graduação - Mestrado e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP / UFPel).

<sup>3</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Professor do Programa de Doutorado e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP / UFPel) e do Mestrado em História (PPGH / UFPel).

## INTRODUÇÃO

A referida pesquisa de doutorado (em andamento) parte de um trabalho iniciado no ano de 2010 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Germano Hübner – 3º Distrito de São Lourenço do Sul, zona rural, Serra dos Tapes. A partir do interesse, por parte de alunos e professores, na cultura pomerana, iniciou-se o *Projeto Pomerando*<sup>4</sup>. Desde então, o projeto vem envolvendo a comunidade pomerana do entorno escolar e oportunizando-a de tornar-se ela própria um agente de preservação da sua cultura:

A reprodução e a continuidade dos bens culturais vivos dependem de seus produtores e detentores. Por isso, eles sempre devem ser participantes ativos do processo de identificação, reconhecimento e apoio. (IPHAN/CNFCP 2006, p. 20)

No ano de 2013, o projeto começou a coletar músicas tradicionais e contos pomeranos<sup>5</sup>, além de transcrever e analisar duas canções tradicionais pomeranas coletadas em 2008 (foco deste trabalho). As canções *De múta éna hóchtich* e *De fest* foram coletadas através do senhor Leopoldo Klug<sup>6</sup>, por demanda do projeto da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de São Lourenço do Sul intitulado *Canto Coral nas Escolas*<sup>7</sup>. Destas análises advieram dois artigos: *A emigração pomerana através da canção De múta éna hóchtich*<sup>8</sup> (SILVA, 2013a), e *A música pomerana como narrativa da memória cultural* (SILVA, 2014). É importante salientar que o fato de o pomerano ser utilizado na região apenas oralmente dificultou a preservação das letras de canções, e contribuiu para que, hoje em dia, sejam poucas as canções pomeranas tradicionais que ainda têm lugar na memória da comunidade (ibid., p. 4).

Musicalmente falando, não são claras quaisquer características que possam ser classificadas como peculiares à música pomerana nas duas canções coletadas, exceto sua origem germânica (ibid., p. 9). Haja vista a secular germanização dos pomeranos (WILLE, 2011; HAMMES, 2010, vol. 1; COSTA, 2007; SALAMONI, 1995), observou-se que a canção *De múta éna hóchtich* é uma polca, ritmo oriundo da cultura germânica, e que a canção *De fest* é uma valsa, de mesma origem. Ainda assim, as canções revelaram-se importantes suportes memoriais e culturais pomeranos:

---

4 Os primeiros dois anos de projeto foram registrados em um livro (SILVA, 2012), e em dois artigos (SILVA, 2013b; SILVA, 2013c).

5 Em 16 de abril de 2013, por exemplo, foram coletadas três canções tradicionais, uma brincadeira e um conto pomerano na residência da aluna Talia Heller Rehbein (SILVA, 2013d; SILVA, 2013e).

6 *In memoriam.*

7 O projeto Canto Coral nas Escolas (2007-2010) visava estimular nas escolas a prática do canto coral, comum no interior do município de São Lourenço do Sul. Nas escolas municipais da zona urbana, o projeto abria-se em consonância com a demanda cultural local, mas, nas da zona rural, visava exclusivamente à valorização e ao incentivo da prática do canto coral.

8 Artigo apresentado no 2º Congresso Internacional de História Regional promovido pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

As temáticas e as letras das canções são reveladoras de significados, de maneiras de como os pomeranos veem o mundo que ali ficam cristalizadas, das representações culturais intrínsecas, i.e., são uma forma de narrativa cultural da memória pomerana. (SILVA, 2014, p. 9)

Através de *De múta éna hóchtich* (O casamento da vovó), por exemplo, foi possível traçar uma rota de emigração pomerana para os Estados Unidos, anterior à emigração para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, cristalizada na narrativa da canção (SILVA, 2013d, p. 8-10). Já a canção *De fest* (A festa) revelou, dentre outras coisas, a presença do *misticismo pomerano*, um conjunto de costumes, simpatias e benzeduras que são elementos identitários tanto étnicos quanto sociais (SILVA, 2014, p. 13). Tais representações serão detalhadas mais adiante. Neste sentido, acredita-se na importância de se ampliar a pesquisa acerca de músicas tradicionais pomeranas na comunidade pomerana de São Lourenço do Sul, bem como em outras comunidades pomeranas no Brasil e em outros países, haja vista as potencialidades memoriais/identitárias deste suporte, onde questões sociais, culturais e históricas encontram-se cristalizadas.

Isto posto, o presente trabalho, primeiramente, abordará aspectos acerca dos pomeranos, como sua história, sua cultura e sua trajetória, para posteriormente analisar algumas características de duas músicas pomeranas desta comunidade específica do sul do Rio Grande do Sul no tocante às representações inerentes às canções, i.e., às formas como a comunidade narra sua memória e sua cultura através da música.

## DA PO-MORJE A SÃO LOURENÇO

Recentes pesquisas (WILLE, 2011; HAMMES, 2010, vol. 1; COSTA, 2007; SALAMONI, 1995) enquadram os pomeranos como um povo de origem eslava, descendentes do povo *wende*, os quais eram pagãos que tinham como divindade principal um deus de três cabeças chamado *Triglav*. O nome da região da Pomerânia – em alemão, *Pommern* – advém do termo eslavo *Po-Morje*, que significa *terra ao longo do mar*.

Os pomeranos foram cristianizados a partir do ano de 1124 por Otto de Bamberg, quando foi destruído o templo dedicado ao deus *Triglav* na cidade de Stettin, e, posteriormente, germanizados no ano de 1400 a partir da oficialização da língua alemã na região da Pomerânia, uma região de amplas e férteis planícies na costa do mar Báltico, pertencente hoje uma parte à Alemanha e outra à Polônia, e que passou por constantes invasões e disputas de território.

Quanto a isto, Hammes (2010, p. 178-186) destaca que desde a Migração dos Povos, cerca de 175 d.C., quando o povo *wende* migrou para aquela região, muitas guerras e invasões ali ocorreram,

castigando o povo pomerano. Por possuir terras baixas e férteis, lagos e rios, a Pomerânia cedo despertou o interesse de povos *vikings*, noruegueses e dinamarqueses. Por seu turno, os poloneses dominaram por três vezes parte do território pomerano. Entre os anos de 768 e 814, Carlos Magno, e entre 936 e 973, Otto, o Grande, tentaram anexar estas terras ao então Sacro Império Romano-Germânico. Entre os séculos X e XI, Dinamarca e Polônia lutaram pelo domínio da Pomerânia, arrasando-a em parte, mas ambos não conseguiram obter seu domínio. Em 1630, a Suécia invadiu a Pomerânia, levando-a à beira da ruína. Entre 1655 e 1660, suecos e poloneses travaram disputa, em solo pomerano, por seu território. Em 1720, praticamente todo o território pomerano passou a pertencer a Brandemburgo-Prússia. Entre 1756 e 1763 o rei da Prússia, Frederico, o Grande, enfrentou russos e suecos, vencendo-os e empenhando-se, após a vitória, para recolonizar e reconstruir a Pomerânia, devolvendo-a certo progresso. Em 1806, Napoleão Bonaparte marchou pela Pomerânia em direção à Rússia, deixando um rastro de destruição. Por fim, o desfecho da II Guerra Mundial impôs ao povo pomerano derradeira diáspora, forçando-o a migrar para a Alemanha Ocidental, Europa e para o restante do mundo, em razão da Conferência de Potsdam, que permitia aos soviéticos e aos poloneses que expulsarem a população civil germânica que habitava ao leste dos rios Oder e Neisse.

No tocante à emigração pomerana para o Brasil, assim como às associadas aos demais europeus emigrantes, inicia-se em meados do século XIX (LANDO; BARROS, 1976, p. 9). O desequilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho na Europa, agravado pelo aumento demográfico, condicionou muitas pessoas à busca de soluções através da migração, primeiramente em termos europeus, dentro ou fora de seu país. Mas como estes países não tinham capacidade de absorver este elemento flutuante e pendular, a solução encontrada foi a emigração para a América (FLORES, 1983, p. 86). Segundo Klaus Granzow, havia incentivo à emigração pomerana para o Brasil na própria Pomerânia, onde o general prussiano Johann Jakob Sturz teria afirmado: “Mais do que qualquer outra terra oferece o Brasil uma riqueza de elementos, com os quais pode-se desenvolver uma existência feliz para os imigrantes” (GRANZOW, 2009, p. 121). No que se refere a este processo, do ponto de vista brasileiro, segundo Podewils, “o país começava a se desenvolver neste momento, porém a densidade demográfica era baixa, fator que levou ao investimento nessa forma de imigração” (PODEWILS, 2011, p. 9). A regulamentação da Lei de Terras, lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, abriu espaço para a colonização das terras públicas brasileiras (BAHIA, 2011, p. 10).

Quanto ao Rio Grande do Sul, de acordo com Podewils (2011, p. 6), prevaleceu a colonização oficial, organizada pelo governo e que instalou importantes núcleos coloniais baseados na pequena propriedade em distintas áreas desocupadas do Estado, mas a colonização de iniciativa privada, organizada por empresários particulares, também buscava angariar trabalhadores rurais para fixá-los

à terra com o propósito de formar colônias para produzir alimentos. A imigração germânica no Rio Grande do Sul teve início, segundo Willems (1980, p. 71), em 1824, por ocasião da Colônia São Leopoldo.

Quanto à região sul do Rio Grande do Sul, em 1858 foi criada a colônia particular São Lourenço (PODEWILS, 2011, p. 7), uma colônia agrícola instalada na Serra dos Tapes, em terras do município de Pelotas – área que hoje se encontra no município de São Lourenço do Sul (fundado no ano de 1884) –, composta majoritariamente por imigrantes pomeranos (*ibid.*, p. 15). De acordo com Schröder, a maioria pomerana deveu-se à sua capacidade agrícola: “Após a chegada de mais de 115 pessoas no ano de 1858, os anos posteriores trouxeram elementos mais apropriados: trabalhadores rurais da Pomerânia” (SCHRÖDER, 2003, p. 123).

Neste contexto sociocultural e histórico insere-se a referida pesquisa, intentando estudar a memória e a identidade pomerana expressos através de sua música nesta comunidade de descendentes pomeranos. Para tanto, o conceito de memória cultural teorizado por Jan Assmann (1995) revela-se oportunamente.

#### JAN ASSMANN E A MEMÓRIA CULTURAL

No artigo *Collective Memory and Cultural Identity* (1995), Assmann procura desenvolver um campo teórico-conceitual que dê suporte às discussões culturais acerca da memória e da identidade, onde se insere a referida pesquisa de doutorado. Conforme o autor, o sentido de pertencimento a uma determinada sociedade, grupo, etnia, ou cultura é visto como o resultado da socialização de costumes que se dá na interação entre as pessoas. Neste sentido, a sobrevivência dos tipos sociais está permeada e apoiada pelos aspectos que envolvem o conceito de memória cultural (ASSMANN, 1995, p. 125). Este conceito procura dar conta de “todo conhecimento que dirige o comportamento e experiência na estrutura interativa de uma sociedade e que é obtido através de gerações em repetidas práticas e iniciações societais” (*ibid.*, p. 126). Nota-se, portanto, que a noção de memória cultural trazida pelo autor visa a abranger uma perspectiva mais culturalizada (e comunicativa) da noção de memória coletiva e de identidade, onde se consideram processos de transmissão, interação e aprendizagem, bem como os mecanismos pelos quais tais operações funcionam dentro de uma comunidade. Para Assmann (1995), o processo comunicativo é elemento chave para a constituição da memória cultural e, para tal, caracteriza o que nomeia como memória comunicativa. Este tipo de memória constrói-se através das “memórias coletivas que estão baseadas exclusivamente sobre comunicações do dia-a-dia” (*ibid.*, p. 126), as quais se caracterizam pela não-especialização, pela reciprocidade de papéis, pela instabilidade temática e desorganização. E é a partir deste tipo de

comunicação, ou seja, na interação com os outros, que cada indivíduo vai compondo sua própria memória, estabelecendo, consequentemente, sua própria identidade cultural (ibid., p. 127).

Assmann (1995), a seguir, trata da questão da transição no escopo da memória comunicativa. Elemento fundamental para se compreender os processos através dos quais as pessoas de uma comunidade se comunicam, este processo comunicativo se dá, na constituição de sua teoria, através de uma memória cristalizada em produções (sob a forma de produtos culturais). Desta forma, seria através desses produtos que os conhecimentos que estruturam um determinado grupo se materializariam. Assmann (1995) vê no contexto da cultura objetivada, cristalizada em textos, canções, contos, ritos, construções, monumentos, etc., uma estreita conexão entre os membros do grupo e sua identidade. Conforme o autor:

Podemos nos referir à estrutura do conhecimento neste caso como a 'concreção da identidade'.

Com isso, queremos dizer que um grupo baseia sua consciência de unidade e especificidade sobre este conhecimento e deriva impulsos formativos e normativos a partir deste, o qual permite ao grupo reproduzir sua identidade. (ibid., p. 128)

É através deste ‘tornar-se concreto’ que a memória cultural preserva o armazenamento dos conhecimentos através dos quais o grupo deriva o reconhecimento de sua unidade e peculiaridade. Este reconhecimento de si parte de definições identificatórias de significados (ibid., p. 130). Neste sentido, a música pomerana porta aspectos memorias e identitários da comunidade que a cria.

A capacidade para reconstruir uma memória cultural opera na medida em que os membros do grupo, bem como as interações que daí vem à tona, relacionam o seu conhecimento a situações contemporâneas. Embora existam qualidades imóveis de memória e armazenamento de conhecimentos, os contextos contemporâneos se relacionam aos produtos dessa memória através de apropriações, preservações, transformações (ibid., p. 130). Exemplo disto são as *músicas populares autorais pomeranas de origem tradicional*<sup>9</sup> existentes na região da Serra dos Tapes, as quais são compostas tendo como embrião algum trecho musical conhecido tradicionalmente.

A formação da memória cultural é uma característica que dá conta da cristalização do significado comunicado e do conhecimento coletivamente compartilhado como pré-requisitos para a transmissão de uma herança cultural institucionalizada de uma sociedade. Para tal, não somente a escrita atua como única forma para uma formação cultural estável: imagens pictóricas, rituais, bem como outras

---

<sup>9</sup> Esta categoria musical encontrada na pesquisa será aprofundada em trabalhos posteriores. Além disso, há também *músicas populares autorais* portadoras de elementos significativos (categoria que também escapa ao escopo do presente trabalho), dentre as quais uma canção – intitulada *In uza tit* (No nosso tempo – autoria do Musical *Boa Esperança*), cuja letra chama atenção para as mudanças socioculturais ocorridas na comunidade pomerana local ao transcorrer das gerações – intitula este trabalho e a pesquisa da qual o mesmo é oriundo.

formas – como, no tocante a referida pesquisa, a música – funcionam para a cristalização e compartilhamento de uma herança cultural (*ibid.*, p. 130-131).

O autor, ao final de seu artigo, sintetiza o conceito de memória cultural:

O conceito de memória cultural compreende aquele corpo de textos, imagens e rituais reutilizáveis específicos a cada sociedade e em cada época em que a ‘cultivação’ serve para estabilizar e transmitir a autoimagem dessa mesma sociedade. Sobre tal conhecimento coletivo, a maior parte (mas não exclusivamente) do passado, cada grupo baseia sua consciência de unidade de particularidade. (*ibid.*, p. 132)

Assim, situada no contexto histórico e sociocultural apresentado e apoiada no conceito de memória cultural de Assmann (1995), a referida pesquisa postula-se a perscrutar os meandros da memória e da identidade pomerana através de sua música.

#### **DOIS EXEMPLOS DE CANÇÕES POMERANAS COLETADAS**

Ainda que as pessoas de origem pomerana do interior do município de São Lourenço do Sul sejam bastante próximas à música, tendo em vista sua massiva participação em corais de igreja e o elevado número de conjuntos musicais na região, não são muitas as músicas em pomerano que sejam de conhecimento da comunidade. Em sua maioria, são consideradas de origem exclusivamente alemã algumas músicas instrumentais e, quanto às canções, a maior parte delas é cantada em alemão.

A partir de dois exemplos de canções pomeranas coletadas, passar-se-á neste item à análise das mesmas, abordando aspectos musicais relevantes e a estrutura das letras das canções.

De múta éna hóchtich

# De múta éna hóchtich

(canção tradicional pomerana)

100 bpm

Záit mû - ta é - na hóch-tich héa iift dat kái-naschu - ín fláisch mêmia. Záit  
 5 mû - ta é - na hóch-tich héa, iift dat kái-naschu - ín fláisch mêmia. Áin, tuái, drái, fáia.  
 10 Fíif, zés, zuóvan, vóua is min fruch dóa bléva, is ni hí-a, is ni dó-a, is fon Nort A-  
 15 mé-ri-ka. Fí-dal, fí-dal, fúm-balsch-tái - a, hést díu doch min brut ni zái - a?  
 20 Lis - tan záits im brá - rasch - tái - a, hit hef ni mêmia zí - tan zái - a.

Figura 01: Partitura da canção pomerana *De múta éna hóchtich*

### De Muta éna hóchtich

Záit mûta éna hóchtich héa  
 iift dat káina schuín fláisch mêmia.  
 Áin, tuái, drái, fáia, fiiv, zés, zuóvan,  
 vóua is min brut dóa bléva?  
 Is nich hí-a, is nich dó-a,  
 is fon Nort Amérika.  
 Fídal, fídal, fúmbal schtáia,  
 hést díu doch min brut ni zái-a?  
 lis - tan záits im bráira schtáia,  
 hit hef ni mêmia zítan záia.

### O casamento da vovó

Desde o casamento da vovó  
 não dá mais carne de porco.  
 Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete,  
 onde está minha namorada?  
 Não está aqui, não está ali,  
 ela é dos Estados Unidos.  
 Violino, violino, pedra de breu,  
 você não viu minha namorada?  
 Ontem estava sentada na pedra larga,  
 hoje não mais a vi sentada.

Figura 02: Letra da canção pomerana *De múta éna hóchtich* em pomerano e tradução.

A canção pomerana *De múta éna hóchtich*, ou “O casamento da vovó”, apresenta as seguintes características musicais gerais: andamento razoavelmente rápido, 100 bpm; compasso binário, 2/4, uma polca<sup>10</sup>, vulgarmente conhecida como “marchinha”; ritmo de caráter marcial, duro, sem

<sup>10</sup> Segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Music* (2007), versão *on line*, a polca caracteriza-se por ser uma dança, ou uma canção, originária da região da Bohemia, na Alemanha, no início do século XIX, realizada em compasso 2/4 e com andamento rápido, que foi muito popular nos salões europeus. Já o Dicionário Grove de música, edição concisa (1994, p. 732), acrescenta que a polca é uma dança animada e que geralmente a música é estruturada em forma ternária, i.e., tem três seções, assim como a canção abordada no

síncopes, com predominância de colcheias, semínimas, e da figura colcheia pontuada com semicolcheia; melodia estritamente tonal, passeando em arpejos sobre os acordes de tônica e de dominante com sétima, com algumas notas de passagem, e repetições rítmicas de notas; tonalidade maior, com modulações; harmonia tonal, com a utilização de apenas tônica e dominante com sétima (I – V7), mesmo nas modulações; apresenta duas modulações: a primeira, do tom original Dó maior para a subdominante Fá maior; e a segunda, quando ocorre o retorno de Fá maior para Dó maior; forma ternária, i.e., possui três seções musicais.

A canção tem certo caráter alegre, festivo, ambientado pelo “casamento da vovó”, embora o personagem esteja à procura de sua namorada. A estrutura melódica apresenta uma quadratura padrão. São três pequenas seções, a primeira em Dó maior, a segunda em Fá maior, e a terceira em Dó maior novamente. As seções estão organizadas de acordo com as estrofes, sendo que a primeira estrofe tem apenas dois versos, enquanto a segunda e a terceira estrofes têm quatro versos, o que influencia no tamanho das seções. E quanto à letra, está dividida em três estrofes, a primeira de dois versos, e a segunda e a terceira, de quatro versos. Há rima entre os dois versos da primeira estrofe, e também entre os quatro versos da terceira estrofe, o que não ocorre de forma clara na segunda estrofe, apesar de o primeiro e o terceiro versos, assim como o segundo e o quarto, guardarem certa parecença sonora. Os demais aspectos referentes à letra, seu significado, bem como outras questões implícitas à canção, serão abordados em seguida.

De fest



# De fest

(canção tradicional pomerana)

150 bpm

The musical score consists of eight staves of music for a single voice. The tempo is 150 bpm. The key signature changes throughout the piece, indicated by F, C7, B♭, and F. The lyrics are in Pomeranian/German, with some words written in Latin script. The lyrics are as follows:

Ik kün min fru - uch im béra ni fi - na, zái láich ni  
nêicht min frucht am nam fest hen mó - ka, zái zéa ni  
fóa, zái láich ni hí - na. Ik náim a bés-sám un rakt á - las  
nêi, zái vu bitssch - ló - pa. Ik zéi - a ta - a é kúmas, mit schéin  
dó - a dun láibs mi tisch - a bái - na dóa. Ik Un vi  
fruch, vé - ia tus b - lí - va ik niin - ruch.  
mó - ka lóus na dem grôu - da fest, vóu - a fé - el ví - la  
zinh - a un dái mus - kan-dassch - pé - la zéi - a un min  
fruch dâu ik vé - ra nich fi - na. Vi-li, Vi li Lin - de-man, drink ma  
nich zóu fel, zi - za, zí - za krist sch - nacht mit áin bés - samsch - tel.  
Vi - li, Vi - li Lin - de - man, trek din hòu - zasch - tram, zí - za vets vat di  
pas - si - ra kan. Ha! Ha! Ha!

Figura 03: Partitura da canção pomerana *De fest*.

De fest	A festa
Ik kün min fruch im béra ni fina, zái láich ni fóa, zái láich ni hína. Ik náim a béssam un rakt álas dóa dun láibs mi tíscha báina dóa.	Eu não conseguia achar minha mulher na cama, ela não estava deitada na frente, e nem atrás Peguei a vassoura e revirei tudo e ai passou no meio das minhas pernas.
Ik nêicht min fruch tam nam fest hen móka, zái zéa ni nêi, zái vu bits schlöpa. Ik zéia ta é kumas mit schén fruch, véia tus blíva ik ni in ruch.	Convidei minha esposa para ir à festa, ela não disse não, mas queria dormir um pouco. Eu disse a ela, vem junto meu amor, por que em casa eu não fico sossegado.
Un vi móka lóus na dem grôuda fest vôua féel vília zinha un dái muskandas schpéla zéia un min fruch dáu ik véra nich fina.	E nós saímos para a grande festa onde muitos querem cantar e os músicos tocam muito e minha mulher já não acho de novo.
Vili, Vili Lindeman, drink ma nich zóu fel, ziza, ziza krist schacht mit án béssam schtel. Vili, Vili Lindeman, trek din hóuza schtram, ziza vets vat di passira kan. Hal Hal Hal!	Vili, Vili Lindemann, vê se não bebe muito senão, senão tu vais apanhar com cabo de vassoura. Vili, Vili Lindemann, afirma as calças senão tu sabes o que vai te acontecer. Hal Hal Hal!

Figura 08: Letra da canção pomerana *De fest* em pomerano e tradução.

A canção pomerana *De fest*, ou “A festa”, apresenta as seguintes características musicais gerais: andamento rápido, 150 bmp; compasso ternário, 3/4, uma valsa<sup>11</sup>; ritmo inicialmente simples, na primeira seção, mas, na segunda e na terceira seções, aparecem síncopes, em forma de ligaduras entre a semínima do primeiro tempo com a primeira colcheia do segundo tempo, e entre compassos, de semínima para semínima. Há predominância de semínimas e mínimas, mas também figuram colcheias, semínimas pontuadas, pausas de semínima e mínimas pontuadas; melodia essencialmente tonal, passeando em arpejos sobre os acordes de tônica, subdominante, e de dominante com sétima, com notas de passagem, repetições rítmicas de notas, e apojaturas; tonalidade Fá maior, sem modulações; harmonia tonal, com a utilização de apenas tônica, subdominante, e dominante com sétima (I – V7 – I; IV – I – V7 – I); forma ternária.

A canção tem caráter alegre, festivo, jocoso, ambientado numa grande festa. Mais uma vez o personagem está à procura de sua namorada. Há referência à bebida e à brincadeira, e a música finaliza com uma risada. A estrutura melódica desta canção também apresenta uma quadratura padrão. Novamente são três pequenas seções, mas todas na mesma tonalidade, Fá maior. As seções estão organizadas de acordo com as estrofes, sendo que as duas primeiras estrofes fazem parte da primeira seção, que tem *ritornelo*; a terceira estrofe corresponde à segunda seção, sem *ritornelo*, e a quarta estrofe à terceira seção, também sem *ritornelo*. E quanto à letra, está dividida em quatro estrofes de quatro versos. Há rima entre o primeiro e o segundo verso e entre o terceiro e o quarto verso na primeira estrofe, assim como na segunda e na quarta, o que não ocorre na terceira estrofe –

11 Segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Music* (2007), versão *on line*, a valsa caracteriza-se por ser uma dança, ou uma canção, em compasso 3/4, provavelmente decorrente de Ländler alemão, que entrou em destaque no último quarto do século XVIII tanto entre os compositores quanto nos salões de baile. O Dicionário Grove de música, edição concisa (1994, p. 997), acrescenta que a valsa ganhou muita popularidade no início do séc. XIX, apesar de objeções levantadas por motivos médicos (a velocidade com a qual os bailarinos rodopiavam pelo salão) e também morais (os casais se prendiam num abraço muito estreito).

nesta, a rima acontece apenas entre o segundo e o quarto verso. Os demais aspectos referentes à letra, seu significado, bem como outras questões implícitas à canção, serão abordados a seguir.

## A MEMÓRIA CULTURAL NARRADA PELAS CANÇÕES POMERANAS

As temáticas e as letras das canções são reveladoras de significados, de maneiras de como os pomeranos veem o mundo que ali ficam cristalizadas, de representações culturais intrínsecas, i.e., são uma forma de narrativa cultural da memória pomerana.

Assim, se as canções têm letra, elas contam histórias, narram fatos, episódios, expressam ideias, revelam traços culturais, registram a memória e a identidade da comunidade que as criam (*ibid.*, p. 10). De acordo com Jovchelovitch (2007), é pelo contar histórias que o conhecimento social se torna palpável, assim como as representações do passado e as apresentações da identidade, pois, com base em narrativas, as comunidades resgatam à memória o que aconteceu, dão sentido aos acontecimentos e constroem o individual e o social. Tais narrativas encontram na música um suporte, e possibilitam a reflexão sobre a vida comunitária e a herança histórica. Os pomeranos narram-se a si mesmos, mesmo que, muitas vezes, sutilmente, através de sua música.

Cada uma das duas canções pomeranas apresentadas neste trabalho revela características culturais atreladas à memória e à identidade da comunidade, as quais passar-se-á a apresentar a seguir.

### O casamento da vovó e a emigração pomerana

Ao se referir aos primeiros imigrantes pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, em 28 de junho de 1859, Ismael Tressmann (TRESSMANN, 2008, p. 11) afirma que a grande maioria dos pomeranos, todavia, emigrou da Europa para os Estados Unidos e para a Austrália. Leopoldo Wille (WILLE, 2011, p. 49-53), por seu turno, refere-se à *Carta de Búfalo*, escrita em 1835 por G. Züngler da cidade de Búfalo, Estados Unidos, a qual se espalhou pela Alemanha provocando uma “febre de emigrar”. Dentre outras coisas, exalta as oportunidades e possibilidades econômicas que oferece a nova pátria, a igualdade entre os cidadãos, além de motivos religiosos, como revela o trecho transcrito abaixo:

Na América há espaço para milhões de pessoas. [...] As pessoas não precisam pagar impostos.  
[...] Não falta emprego para garantir o nosso sustento. [...] Todos vão assistir ao culto na igreja.  
[...] Títulos de nobreza, *status* e distinções não têm valor aqui. [...] Aqui é possível servir ao Senhor melhor que aí. A diarista vive melhor do que o agricultor proprietário de muita terra na Alemanha. Quem uma vez pisou no solo americano, sente-se como renascido (ZÜNGLER, 1835, apud WILLE, 2011, p. 50-53).

Ainda de acordo com Wille (2001, p. 54), no período de 1830 a 1890, emigraram para o Brasil cerca de trinta mil alemães, enquanto que o fluxo dirigido para os Estados Unidos foi de trezentos e trinta e um mil alemães no mesmo período.

Droogers (2008, p. 19), ao também se referir a alguns imigrantes germânicos que podem ter tido motivação religiosa, por pertencerem a um movimento que se opunha à unificação da igreja prussiana na *Unierte Kirche*, cita Roelke, que afirma que em 1839 um grupo de quinhentos e setenta pomeranos havia emigrado para os Estados Unidos por motivos religiosos, servindo de exemplo.

Isto posto, pode-se citar a segunda estrofe da letra da primeira canção pomerana apresentada neste trabalho, *De múta éna hóchtich* (O casamento da vovó): “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, onde está minha namorada? Não está aqui, não está ali, ela é dos Estados Unidos”. Como se trata de uma canção cujo aprendizado se dá oralmente de geração em geração, é de domínio público da comunidade e de autoria desconhecida, e como a emigração pomerana para os Estados Unidos é anterior à dirigida ao Brasil, pode-se inferir que, na narrativa da canção, o personagem representa um pomerano emigrado para os Estados Unidos, onde se casou com uma mulher americana e, ao participarem de um casamento pomerano, provavelmente em sua terra natal, sua mulher some. Pode ser uma referência, do imaginário da comunidade refletido na canção, à diferença cultural entre os pomeranos e os americanos, um tipo de advertência aos rapazes pomeranos emigrados para que não se casem com mulheres de outra cultura, o que acarretaria em transtornos. A mulher americana, personagem da canção, por não pertencer à cultura pomerana, desapareceria do casamento da vovó por estranhamento cultural. Conforme Salamoni (1995, p. 59-60) e Bahia (2011, p. 97), a endogamia, i.e., o casamento com pessoas de mesma origem étnica, é a prática mais comum entre os pomeranos. Há, inclusive, o seguinte dito popular, extraído de Bahia (*ibid.*, p. 187): “O nosso sangue não combina! O que você quer fazer com os pretos (brasileiros), se aqui temos pomeranos suficientes?”.

### A festa e o misticismo pomerano

As festas são marcos na cultura pomerana (SALAMONI, 1995, p. 45). Aniversários, casamentos, batizados, Páscoa, Natal, e Confirmações são eventos muito importantes na vida social dos pomeranos. A esta importância se refere à terceira estrofe da segunda canção pomerana apresentada neste trabalho, *De fest* (A festa): “E nós saímos para a grande festa, onde muitos querem cantar e os músicos tocam muito”.

Nestas festas, é notória também a presença do *misticismo pomerano*, um conjunto de costumes, simpatias e benzeduras que são elementos identitários tanto étnicos quanto sociais. Estas *práticas mágicas*<sup>12</sup> são profundamente debatidas no livro *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na*

12 Termo utilizado pela antropóloga Joana Bahia (2011).

*imigração alemã* (BAHIA, 2011), e mencionadas em relação à região sul do Rio Grande do Sul através da tese de doutorado *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes* (THUM, 2009). Há também mais autores que se referem a tais práticas pomeranas, tais como Bosenbecker (2012), Wille (2011), Loner e Gill (2010), Hammes (2010), Baysdorf; Rodrigues (2007), Costa (2007), Zehetmeyr (2007), Roelke (1996), Salamoni (1995), Grinbaum (1994), Jacob (1992), Rocha (1984), Roche (1968), Wagemann (1949) e Neves (1943). Este *misticismo pomerano*, pode-se conjecturar, é resquício do paganismo referido anteriormente, herdado do povo *wende*, pois a cristianização das populações europeias não conseguiu de todo apagar as diferentes tradições étnicas. A conversão ao cristianismo deu lugar ao sincretismo e à criatividade própria das culturas populares, agrárias e pastoris (ELIADE, 1983, p. 201-207). De acordo com Bahia:

A prática mágica presente em alguns rituais não é privilégio de indivíduos especializados [com exceção das benzedeiras]. Estas práticas se inscrevem no patrimônio comum dos pomeranos, sendo transmitidas entre as gerações de cada família. Este saber é permanente e acessível a toda a comunidade e compreende gestos rituais, orações, fórmulas mágicas e utilização de vários objetos (BAHIA, 2011, p. 136).

A palavra em pomerano para se referir a estas práticas, segundo Bahia, é *ouwaglouba*, que significa “acima da fé”, a qual engloba “superstições e bruxaria” (BAHIA, 2011, p. 137). Às *práticas mágicas*, ou ao *misticismo pomerano*, associa-se a primeira estrofe da canção *De fest*, por conta da representação da vassoura como instrumento auxiliar na busca do personagem pela sua mulher: “Eu não conseguia achar minha mulher na cama, ela não estava deitada nem na frente, e nem atrás. Peguei a vassoura e revirei tudo e aí passou no meio das minhas pernas”.

A vassoura é utilizada de diversas formas místicas pelos pomeranos. No casamento, por exemplo, a vassoura entra em cena após o *quebra-louças*. Este ritual é bastante comum na Alemanha, onde muitas famílias possuem suas “louças para serem quebradas” e espantarem com muito barulho os espíritos do barulho, os chamados *Poltergeister*: a ideia de fazer barulho para espantar os maus espíritos está presente no significado do ritual (BAHIA, 2011, p. 236-237). Na oração do *quebra-louças*, há a seguinte passagem: “Assim como esta louça é quebrada (a louça começa a ser quebrada neste ponto da oração), e vocês tentam juntar os pedaços, assim vocês vão juntar o dinheiro na vossa propriedade” (*ibid.*, p. 243). Logo após o *quebra-louças*, todos os presentes dançam em cima dos cacos. Então, aqui se insere a vassoura: enquanto os noivos tentam varrer os cacos para dentro do terreiro, os convidados têm a tarefa de impedi-los. Estes cacos serão guardados na nova casa, pois o tempo de duração destes significa a longa duração do casamento. Muitos casais enterram os cacos na

terra em que irão morar, pois estes constituem um símbolo de multiplicação dos bens da sua propriedade (*ibid.*, p. 247).

A vassoura, ainda, tem a denotação de serviço doméstico, obrigação matrimonial da mulher pomerana. De acordo com Bahia, o cachimbo e o bule, em vários ritos de *quebra-louças*, presenteados aos noivos, simbolizam no casamento a obediência da esposa à chefia do marido, como mostra o trecho de uma das orações proferidas em pomerano: “Você tem que fumar, a fumaça tem que levantar até o teto e rodar; você tem que esquentar esse café direitinho para ele, muitas vezes e sem reclamar! Você tem que costurar as meias dele” (BAHIA, 2011, p. 247). A fumaça está relacionada à autoridade do homem, que tem que ser maior que a da mulher, e por isso a sua fumaça tem que subir até o teto, e o trabalho doméstico está associado à subserviência da mulher ao marido (SALAMONI, 1995, p. 35).

A vassoura, entre os pomeranos, vem a representar a figura da mulher, doméstica, atrelada aos afazeres da casa; na dança da vassoura, esta faz as vezes de par para aquele ou aquela que sobrou, que não tinha outra coisa para fazer senão resignar-se e ‘varrer’. Também tem o poder de juntar, de agregar, sejam cacos de louça ou a prosperidade que juntar estes representa. A vassoura tem o poder mágico de varrer maus espíritos, de juntar cacos, e simboliza o trabalho feminino pomerano. E tem o papel de ajudar o personagem da canção *De fest* a encontrar sua esposa: “Eu não conseguia achar minha mulher na cama, ela não estava deitada nem na frente, e nem atrás. Peguei a vassoura e revirei tudo e aí passou no meio das minhas pernas”. O “revirar tudo” indica “limpeza”. Ao eliminar a “sujeira” – ou, como se pode interpretar, as influências dos maus espíritos –, o marido pôde encontrar sua esposa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pomeranos narram-se a si mesmos através de sua cultura, suas tradições, sua música. As narrativas estão entrelaçadas com a construção e continuidade das comunidades, com a produção dos saberes compartilhados pelas pessoas. Possibilitam a reflexão sobre vida comunitária e a herança histórica. De acordo com Amon e Menasche (2008), contar histórias é uma das formas pelas quais as comunidades compreendem seu passado, presente e futuro (AMON, MENASCHE, 2008, p. 20). Quanto à identidade, pode-se observar um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que esta seja uma construção social, associada a uma relação dialógica com o *outro* (CANDAU, 2012, p. 9). Isto pode se manifestar na oposição entre etnias, como no caso dos pomeranos. Segundo o mesmo autor, um consenso existe também em relação à memória, reconhecendo-se esta como uma “reconstrução continuamente atualizada do passado” (*ibid.*, p. 9). Enfim, admite-se geralmente que

memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas, “pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos.

E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças” (LOWENTHAL apud SILVA; SILVA, 2005, p. 204). A memória é, portanto, “um elemento essencial para a manutenção da identidade coletiva” (BAYSDORF; RODRIGUES, 2007, p. 4). O presente trabalho intenta demonstrar que a memória cristalizada nas letras das canções pomeranas auxilia a comunidade a preservar, de certa forma, elementos essenciais de sua identidade.

Finalmente, pode-se considerar que comunidades são “redes de pessoas cujo sentido de identidade ou ligação deriva de uma relação historicamente partilhada que está enraizada na prática e transmissão” (UNESCO, 2006, p. 9). Em relação à transmissão cultural, é importante salientar que a mesma é mais que do que uma transmissão de técnicas, “ela envolve valores, construção de papéis, envolve a manutenção da identidade étnica e social” (WOORTMANN; WOORTMANN apud BAHIA, 2011, p. 137). E, no caso das canções pomeranas estudadas neste trabalho, elas transmitem a cultura de seu povo, elas narram seu povo. Sim, os pomeranos narram-se a si mesmos através de sua música.

## REFERÊNCIAS

- AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.
- BAHIA, J. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BAYSDORF, N. C.; RODRIGUES, P. R. Q. A etnia pomerana no sul do Rio Grande do Sul: autonomia, identidade e as influências externas da globalização e sua preservação através de feriados religiosos. *XVI CIC - Pesquisa e responsabilidade ambiental*. Pelotas, 2007. Disponível em: <[http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH\\_00235.pdf](http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00235.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2012.
- BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira, 1. ed., 1<sup>a</sup> reimpressão, São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, J. S. *O Pescador de Arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- DROOGERS, A. Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos na Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 13-41, 2008.
- ELIADE, M. *Lo sagrado y lo profano*. Barcelona: Labor, 1983.
- FLORES, H. A. H. *Canção dos Imigrantes*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- GRINBAUM, R. Gente de outro mundo. Descendentes de pomeranos vivem no Espírito Santo como se estivessem na Europa do século passado. *Revista Veja*, São Paulo: Abril Cultural, 8 jun. 1994.
- HAMMES, E. L. *São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000*. V. 1-4. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- JACOB, J. K. *A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo*. Espírito Santo:

- Departamento Estadual de Cultura, 1992.
- LANDO, M.; BARROS, E. C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul – uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.
- LONER, B. A.; GILL, L. A. *Memórias sobre o cuidado: o (a)s benzedeiro (a)s na região sul do Brasil*. Recife, 2010. X Encontro Nacional de História Oral, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268243136\\_ARQUIVO\\_Memorias\\_sob\\_reocuidado-LorenaGilleBeatrizLoner.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268243136_ARQUIVO_Memorias_sob_reocuidado-LorenaGilleBeatrizLoner.pdf)>. Acesso em 05 de dez. 2012.
- NEVES, G. S. Costumes nupciais da Pomerânia entre os colonos teuto-brasileiros. *Folclore*. Espírito Santo: Comissão Espírito Santense de Folclore, n. 24-25, mai/ago. 1953.
- PODEWILS, D. O. *Colonização germânica: a colônia de São Lourenço e suas particularidades*. Pelotas, 2011. Monografia - Universidade Federal de Pelotas.
- ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.
- ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.
- ROELKE, H. R. *Descobrindo raízes*. Aspectos geográficos, históricos e culturais da pomerânia. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- SADIE, S.; LATHAM, A. *Dicionário Grove de música*: edição concisa. Tradução Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- SALAMONI, G. (org.). *Os pomeranos*. Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Universitária, 1995.
- SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil*. São Leopoldo, Editora da Unisinos, co-edição com EDIPUCRS: 2003, 2<sup>a</sup> edição, 2003.
- SILVA, D. K. *Projeto Pomerando: língua pomerana na Escola Germano Hübner*. São Lourenço do Sul: Danilo Kuhn da Silva, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A emigração pomerana através da canção De múta éna hóchtich*. Anais do 2º CIHR. Passo Fundo: 2013a.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Pomerando: língua pomerana na escola Germano Hübner*. Anais do III POMMERbr. Pomerode: 2013b (no prelo).
- \_\_\_\_\_. *A língua e a cultura pomerana na escola Germano Hübner através do Projeto Pomerando*. Anais do 19º Encontro da ASPHE. Pelotas: 2013c.
- \_\_\_\_\_. *Memória e cultura pomerana através do (re)conto Dái zuóvan kláina séicha*. Anais do 7º SIMP. Pelotas: 2013d.
- \_\_\_\_\_. *Dái zuóvan kláina séicha: memória e cultura pomerana através de um (re)conto*. Campinas: História e-História, 27 dez. 2013e, disponível em: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=255>.
- \_\_\_\_\_. *A música pomerana como narrativa da memória cultural*. Pelotas: Cadernos do LEPAARQ, vol. XI, n. 21, 2014.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- The Concise Oxford Dictionary of Music*, 2007, versão on line. Disponível em: <<http://goo.gl/TaJWY6>>. Acessado em 02 jun. 2013.
- THUM, C. *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- TRESSMANN, I. *O pomerano: uma língua baixosaxônica*. In: Educação, cultura e sociedade. *Revista da Farese* (Faculdade da Região Serrana), vol. 1., Santa Maria de Jetibá, ES, p. 10-21, 2008.
- UNESCO, 2006, *Report of the Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*. Tóquio, 2006. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- WAGEMANN, E. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

- WILLE, L. *Pomeranos no sul do Rio Grande do Sul: trajetória, mitos, cultura*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.
- WILLEMS, E. *A aculturação de alemães no Brasil*. 2<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- ZEHETMEYR, M. L. *Uma amostra da realidade linguística dos pomeranos de duas regiões do Brasil*. Pelotas, 2007. Monografia - Universidade Federal de Pelotas.

# **INSERCIÓN, ADAPTACIÓN E INTEGRACIÓN. APORTE DE LAS «VISITAS AD LÍMINA APOSTOLORUM» AL ESTUDIO MIGRATORIO**

SABRINA ALVAREZ

## INTRODUCCIÓN

El estudio del fenómeno migratorio resulta un tema clave para la comprensión del desarrollo social, político, económico y cultural del Uruguay y la región. Ampliar lo máximo posible la mirada respecto de este fenómeno a través de la revisión de diversas fuentes, que responden a la actividad de diferentes actores, puede aportar en la comprensión de la complejidad del mismo.

El lugar de la Iglesia Católica en las sociedades latinoamericanas, nos obliga a que la consideremos como un actor de peso en el desarrollo de estos países. A pesar de la temprana y duradera secularización del Estado uruguayo, la Iglesia siguió siendo un actor central en las dinámicas del país. De allí el interés por poner en valor las visiones aportadas por las máximas autoridades de la Iglesia local, respecto del fenómeno migratorio, en el particular contexto de la «modernización» a través de una fuente: las Relaciones Quinquenales o «Visitas ad límina Apostolorum».

En este trabajo analizaremos en general el aporte de esta fuente y nos concentraremos en observar los principales aportes al tema migratorio en las Relaciones Quinquenales de Mons. Inocencio María de Yéregui del año 1888 y de Mons. Mariano Soler de 1896.

## LA FUENTE: RELACIONES QUINQUENALES O «VISITAS AD LÍMINA APOSTOLORUM»

Se llama Visita *ad límina apostolorum* a la visita de los Obispos (o sus enviados) a los Santos Sepulcros y al texto que da excusa a esta visita (Relación Quinquenal).

La visita *ad limina* cumple tres objetivos: la visita material al sepulcro de los apóstoles, en San Pedro del Vaticano y en san Pablo extramuros; la visita y reverencia al Sumo Pontífice y la relación del estado de la Diócesis, de la que emana un texto, el que analizaremos en este caso (Código de Derecho Canónico, 1933: 231-233). Desde los inicios de la Iglesia todos los cristianos y en especial los jefes visitaban los santos sepulcros para orar, de allí podría remontar el origen de esta práctica.

San León en el siglo V d. C, impone a los sacerdotes la obligación de acudir a los Sínodos

provinciales, pero «la mayor parte de los canonistas convienen en afirmar que no consta la época precisa en que empezó á ser obligatoria esa visita.» (Encyclopedia universal ilustrada europeo-americana, 1930: 451) San Gregorio Magno (540-604) permitió a los obispos de Sicilia asistir a Roma cada quinquenio, los que antes, se dice, lo hacían cada trienio (Epist. 22, lib. 7.º, ad *Cyprianum Diaconum*). Desde el año 743, a partir de un Consejo de Roma dirigido por el Papa Zacharías (decretales, I, II, tit. XXIV) todos los Obispos vecinos a dicha ciudad están obligados a visitar anualmente el sepulcro de los Apóstoles. Las Decretales (cap. IV, 10 De jurejur. II, 24) de Gregorio IX (1170-1241) obligan a los obispos en el acto de su consagración a firmar un juramento donde se comprometen a visitar cada año los *Limina Apostolorum*. Sixto V (1521-1590) reformó la antigua disciplina en su célebre Constitución *Romanus Pontifex* del 20 de diciembre de 1585. Ésta nueva disciplina fue extendida con algunas modificaciones a los prelados *vere nullius* por la Constitución *Quod sancta* del 23 de noviembre de 1740 del Papa Benedicto XIV. En el concilio vaticano se propusieron reformar algunos detalles en virtud de los tiempos; pero fue recién en el pontificado de pío X en el año 1909 que se llevó adelante por el decreto de la congregación consistorial, *a remotissima ecclesiae setate* (Código de Derecho Canónico, 1933: 231-233; Encyclopedia universal ilustrada europeo- americana, 1930: 451). El Código de Derecho Canónico de 1919, en sus cánones 341 y 342 establece la

*Visita ad Limina* como complemento de la *relación quinquenal* que deben hacer al Sumo Pontífice del estado de las respectivas diócesis todos los obispos, conforme á la fórmula que les está prescrita. No obstante, á los obispos que moran fuera de Europa se les permite que dilaten la Visita al segundo quinquenio, ó sea lo hagan sólo cada diez años. (Encyclopedia universal ilustrada europeo-americana, 1930: 451)

En los cánones se establecen las pautas de la presentación de la Relación así como las formalidades de la visita a los santos sepulcros (Código de Derecho Canónico, 1933: 231-233; Encyclopedia universal ilustrada europeo- americana, 1930: 451).

Resulta ser un documento sumamente interesante para conocer tanto las posiciones de la Iglesia sobre la situación local, así como de sus actividades. Cuenta con datos cuantitativos sobre congregaciones, cofradías, colegios, números de alumnos por sexo en la capital y en campaña, la Universidad Católica; de las organizaciones de católicos asociados a la Iglesia. Da cuenta de la importancia de la Iglesia en la época y de sus relaciones con la sociedad y el gobierno, en medio del proceso de secularización (emitiendo claras opiniones al respecto). Aparecen mínimamente datos asociados a la situación económica de la Iglesia en su conjunto, a través de las colaboraciones

recibidas por los fieles, en conjunto con las obligaciones (mayormente incumplidas) generadas al Estado al firmarse la Bula de erección de la Arquidiócesis.

En el Archivo de la Curia Episcopal de la Arquidiócesis de Montevideo, en la Sección Gobierno se encuentran las visitas ad limina de Mons. Yéregui en el año 1888, y la correspondiente a Mons Soler del año 1896; las correspondientes a los gobiernos episcopales de Mons. Aragone y Mons Barbieri (Aragone: 1924, 1929, 1935, 1939; y Barbieri: 1944 (probablemente), 1949, 1953 (probablemente)) la de Mons Partelli.

Son extensos textos (desde 50 hasta 130 hojas) con diverso contenido. Hay borradores manuscritos, copias manuscritas y copias a máquina. Algunas en latín, otras en latín y español. Tienen una determinada estructura interna. Algunas de acuerdo al marco jurídico del Concilio de Trento y otras al Código de Derecho Canónico de 1919.

En primer lugar debemos destacar que es documentación inédita. Las fuentes inéditas tienen la ventaja de que no han pasado aún por el proceso de edición que puede llegar a condicionar el contenido de la misma, es decir, se encuentra en estado más «puro»; más aún si pensamos en borradores, en los que podemos observar incluso notas que no aparecieron en el original, enfrentándonos a contenidos más «sinceros». También así con los manuscritos, que, en caso que se desee, habilitan el estudio de la grafía de quien escribe. Sin embargo, no por ello debemos olvidar los móviles, los intereses, ideas, posiciones que encuadran la construcción de un relato de cualquier tipo.

Las Relaciones Quinquenales, son fuentes de carácter cualitativo básicamente, aunque aportan datos cuantitativos (cantidad de alumnos en colegios católicos, cantidad de internados en hospitales de caridad, entre otros muchos). Estos datos cuantitativos habilitan a la seriación de los mismos, permitiendo observar la evolución de estos datos. No pasa así con los datos cualitativos que deben ser vistos en el contexto de cada una de las relaciones quinquenales.

Al ser un documento producido por y para integrantes de la Iglesia Católica, también debemos considerarlo dentro de la amplia gama de documentación eclesiástica

La documentación eclesiástica puede entenderse en sentido amplio y en sentido estricto. En sentido amplio es toda la documentación que se custodia en los archivos de la Iglesia, bien haya sido producida por ella o no. En sentido estricto, es la documentación producida, o generada, por la Iglesia y sus distintas instituciones en cualquiera de sus niveles en el ejercicio normal de sus

actividades pastorales, o ministeriales, docentes, culturales, o asistenciales, etc. (Turcatti, 2010a)

La documentación eclesiástica abarca, por lo tanto, todos los ámbitos de producción documental de la Institución Iglesia Católica. Se suele subdividir en: documentación pontificia, documentación episcopal y documentación parroquial basado en los tres niveles de organización de esta institución. Las visitas ad limina apostolorum (relaciones quinquenales) constituyen un documento episcopal en tanto que son producidas por el Obispo. Se encuentran en la Sección Gobierno del ACEAM.

Desde otra clasificación de las fuentes históricas, esta documentación se encuentra dentro de las fuentes privadas pensando en que es una institución en que la Institución de la que emana, es privada, al menos en nuestro país. Sin embargo, consideramos que a la hora de analizar su contenido en profundidad, ya en la fase hermenéutica, no debe dejarse nunca en cuenta el rol público de quien escribe esta fuente (uno de los máximos dirigentes de la Iglesia Católica dentro de nuestro país), las implicancias de su contenido y los intereses que se mueven (por ejemplo: lograr más apoyo económico de la Santa Sede). Como ninguna otra fuente puede ser mirada con ingenuidad sin contextualizarla y sin conocer el contexto y los actores implicados.

A continuación expondré algunos pasajes de las Relaciones Quinquenales de Mons. Yéregui y Mons. Soler que podríamos asociar al tema de la inmigración en sentido amplio, pensando también en los procesos de inserción, adaptación e integración en el medio receptor.

### ¿LA INMIGRACIÓN COMO ALGO PERTURBADOR?

La historia del siglo XIX uruguayo fue, en grado no desdeñable, la de un cuestionamiento permanente a la viabilidad política del Estado oriental. Las oscilaciones pendulares hacia los dos grandes vecinos, mezcladas con las disputas intestinas protagonizadas por las facciones caudillistas, alimentaron el descreimiento respecto de la perdurabilidad de la nación como tal. El aluvión inmigratorio contribuyó en modo importante a diluir la conciencia nacional, sin ofrecer alternativas culturales precisas para una sociedad que se debatía en la búsqueda de su ser diferencial. Por otra parte, intereses económicos de poderosa gravitación sobre las zonas fronterizas, presionaban sobre el país acentuando el equívoco y generando corrientes centrífugas alarmantes.

En ese contexto Soler retomaba, a más de ochenta años de distancia, la bandera de la autonomía eclesiástica que Artigas y Larrañaga habían esgrimido en las jornadas de la revolución independentista, reafirmando la vocación nacionalista de la Iglesia uruguaya.

En términos generales, el concepto de modernización ha sido utilizado para dar cuenta del proceso de tránsito de una sociedad «tradicional» a otra de «modernidad». Ese proceso combina por lo general algunos factores: urbanización, industrialización, superación de pautas tradicionales de comportamiento, eliminación de referentes religiosos de la normatividad social, y articulación de una estructura política democrática y participativa.

Informaba al Santo Padre Soler en su Relación Quinquenal de 1896 (75-76) que «*La Religion Católica, Apostólica, Romana, por la Constitución, es la religión del Estado y la dominante; pero por la misma Constitución están tolerados los demás Cultos.*» Sin embargo

en las circunstancias aciagas de la Guerra Civil, llamada de nueve años, se erigió en esta ciudad un templo Protestante en año 1843. Hay también un Cementerio de los mismos disidentes. Los protestantes evangelistas y los llamados aquí Ejército de Salvación (secta también protestante) son los que mas trabajan para introducir sus erróneas doctrinas.

La debilidad «nacional» demostrada en la Guerra Grande, que puso en cuestión la viabilidad de la nóvel República, habilitó el ingreso de ideas contrarias a su tradición.

Según datos tomados por Carlos Zubillaga (1998: 35) de Censos departamentales y nacionales, en 1889 en Montevideo los inmigrantes significaban un 43,3% de la población, mientras que en 1908 eran el 26,8%. Dentro de estos los españoles e italianos eran la amplísima mayoría: en 1889 habían 32645 españoles, 46991 italianos y, en tercer lugar, 8358. En 1908 habían 34174 españoles, 40112 italianos y 5055 franceses.

De todos modos, destaca Soler (1896: 77) que «solo en la parte baja del pueblo y principalmente entre los españoles de la Provincia de Galicia es donde, por medio del dinero, han hecho algunos prosélitos.» Esta afirmación resulta interesante porque da cuenta, por lo menos, de cierta representación respecto de «la parte baja del pueblo», de «los españoles de la Provincia de Galicia» y de los propios «disidentes». Al parecer, los dos primeros tienen una fe tan débil que se la puede «comprar», los otros tienen la capacidad económica de comprar prosélitos.

Por otra parte, dice Soler (1896: 76) que

los hijos del país miran generalmente con indiferencia sus doctrinas y no asisten á sus reuniones y prédicas. Han fundado algunas escuelas en la capital y en campaña, siendo muy poco concorridas y solo por los descendientes de la propia nacionalidad de los fundadores, generalmente ingleses.

De este modo, los disidentes, vinculados a un origen nacional no se mezclan con otras nacionalidades ni con los habitantes locales. Asimismo, «en los departamentos de campaña la población es decididamente católica y aun mas que en la Capital, por su integridad de costumbres y por estar libres de la perniciosa influencia de los protestantes y demás enemigos de nuestra Santa Religión.» Era en el interior donde, presuntamente, se mantenía de forma «pura» la esencia nacional y católica, al parecer, por su poca vinculación con elementos inmigrantes y las creencias por ellos introducidas. Se plantea así mismo otra dicotomía al decir que «es sabido que aquí como en Europa, los liberales, indiferentes y alejados de las prácticas cristianas son en gran número; pero las familias son católicas y bautizan y educan cristianamente á sus hijos.» En las familias también se encuentra el lugar donde preservar los valores católicos.

A tono con los profundos debates de la época, resaltaba Soler (1896: 76-77) con gran pesar que, si bien

el pueblo, en su fondo, conserva la fe (...) desgraciadamente los Gobiernos, en su mayoría liberales hacen con frecuencia encarnizada guerra á la Religión y toleran y fomentan y protegen muchas veces todas las instituciones y doctrinas que signifiquen hostilidad contra la Iglesia. Se han apoderado de la institución pública haciéndola completamente laica é introduciendo en ella los más avanzados principios liberales y el mas grosero materialismo.

Los gobiernos de la época, conquistados por las ideas liberales importadas, se alejaban paulatinamente de los valores propios de la nación uruguaya. Además, recordemos, propiciaban la inmigración.

A tal nivel llegó la lucha de estos gobiernos contra la Iglesia que los hogares han sufrido

... considerablemente las persecuciones de los Gobiernos impíos, los que han tratado de paganizarlo y de constituir la familia sin la sanción divina; y finalmente hacer que el cristiano hasta en la muerte perdiése toda idea de otra vida futura, para lo cual era necesario prohibir que los cadáveres se llevasen á la Iglesia y que los Cementerios se declarasen tambien laicos.

Habiéndose «apoderado» de las cámaras parlamentarias, dictan leyes cada vez más agresivas «á los derechos y dogmas de la Religión» destacando especialmente las promulgadas durante el gobierno del «tiranuelo General Dn Máximo Santos.» (Soler, 1896: 77)

A esta ofensiva, dieron respuesta las autoridades católicas y los feligreses a través de diversos mecanismos como la protesta firmada por 25.000 personas, que proponía que se decretara como obligatorio en las escuelas del Estado la enseñanza de la Religión Católica, «á lo que se destinó 20

*minutos diarios*». Afirma que a

trabajos del Prelado se debe también el que la ley de Conventos haya quedado en desuso. La visita del Gobierno se hizo solo una vez y en medio de las protestas de todos los buenos católicos, y el ingreso y profesión de las religiosas, aunque con ciertas precauciones, se hace como antes de la ley. Respecto á los Cementerios, se ha obtenido que en algunos construyan los Municipios una Capilla donde se hace á los difuntos el oficio de sepultura, bendiciendo después cada fosa en el momento del sepelio. (Soler, 1896: 76-77)

Esta avanzada «anti-católica» había propiciado la organización de sus integrantes y su accionar en la escena pública, en asuntos políticos. A pesar de ello, seguía persistiendo la ley de matrimonio civil *«a pesar de los trabajos del Prelado y los católicos»* en favor de su reforma. La única esperanza era lograr *«la sanción del Proyecto de Registro Civil que obligue á todos á la inscripción, pero que deje libre á los católicos para celebrar su unión cristiana antes de la inscripción.»* (Soler, 1896: 78)

Afirmaba Soler (1896: 79) categóricamente que

a la perversa secta masónica, secundada por los liberales, se debe la sanción de tan inicuas leyes. Fueran ellas promulgadas bajo el gobierno del General Santos que tenía á su lado como Ministro de Estado á Dn Carlos de Castro, Gran Oriental de la Masonería Uruguaya. En esa época la masonería llegó á su apogeo y fundó numerosas logias, siendo casi todas de extranjeros principalmente de italianos. Hoy la Masonería ha perdido su influencia ante el pueblo y solo trabaja solapadamente, siendo, en ocasiones, fu- funesta (sic) para la Iglesia en perversa propaganda.<sup>1</sup>

Planteaba Mons. Angelo Di Pietro delegado apostólico ante los países de la América Meridional desde la representación pontífica en Río de Janeiro, que los inmigrantes extranjeros «son de gran escándalo a los americanos. Es gente perdida en su mayor parte...» agregaba que «llevan todos los vicios de sus países y pierden alguna virtud su la tenían.» Constaba en el informe que mayormente perdían las prácticas religiosas de su lugar de origen, ya no iban a misa ni observaban el culto, aunque conservaban devociones y bautizaban a sus hijos (Turcatti, 2010b: 187). Afirmaba Di Pietro que esa inmigración «es deseada, buscada y ventajosa, pero hasta un cierto punto, para las cosas temporales, pero para la religión es una verdadera ruina. Es una masa de pueblo, de todas las

<sup>1</sup> Nestor Da Costa (2001: 183) entiende que el proceso de secularización no se explica solo desde fuera de la institución Iglesia Católica sino que se debe observar tensiones internas, producto de la existencia de dos corrientes: jesuítica «comprometida en una ofensiva romanizadora y ultramontana conforme a la posición del Papa Pío IX» y otra católica-masónica «más liberal, no dogmática, antijesuita y antiultramontana» En medio de ese conflicto la Compañía de Jesús fue expulsada por segunda vez. Vera expulsó a los franciscanos mas alineados a las posiciones masónicas. Esta situación ¿cómo habrá afectado en la feligresía en general? La «imagen» de la propia iglesia se habría visto dañada en la sociedad uruguaya.

naciones, de todas las banderas, de todas las religiones, protestantes, cismáticos, hebreos, católicos, ateos, materialistas...» además de «delincuentes huídos de la justicia de los tribunales europeos.»

Dicen Alejandro Sanchez y Roger Geymonat (2004: 161-162) que para el caso uruguayo «las relaciones entre los inmigrantes italianos y el catolicismo institucional fueron, en muchos aspectos, conflictivas. (...) La asimilación 'italianos-garibaldinos-irreligiosos', que en muchos casos incluso hicieron en su momento las autoridades eclesiásticas» fue potenciada por las hipótesis de muchas investigaciones. Sin embargo los datos de los censo departamental (Montevideo) de 1889 y el nacional de 1908 «no parecen sustentar la visión de los italianos como supuestos promotores de la secularización y la 'irreligiosidad' de la sociedad uruguaya» cuando en realidad mayormente los inmigrantes se identificaban con el credo católico (87% católico, contra 6% liberales), mientras que los nacionales se identificaban un 80% y 8% respectivamente.

La devoción de San Cono, en una localidad del interior como Florida muestra un proceso de asimilación de un credo particular «contestatario» con prácticas locales y por su promoción como «milagroso». El desarrollo de sus devociones particulares «permitió mantener vivo el contacto con la aldea (...). los inmigrantes encontraron en el factor religioso, que podía ser compartido o no, una función identitaria que reagrupaba a la colectividad.» (Sánchez y Geymonat, 2004: 166-167)

Sin embargo, en el discurso de Soler la inmigración aparece como una perturbación a la armonía de la nación uruguaya. A través de la introducción de ideas contrarias a las tradiciones locales, como señala Barrán (1990: 85-87), la religión (y por su centralidad, la católica) fue entendida tanto «una valla para los 'vicios' del hombre como para sus 'pasiones antisociales' decimonónicas: el anarquismo y el socialismo.» Varios políticos y hombres influyentes de la época entendieron el valor de esta función cumplida por la Iglesia y se asociaba al elemento inmigrante-obrero este problema.

A pesar de ello, informaba Soler (1896: 79) al Sumo Pontífice que

puede decirse en verdad que los progresos espirituales de la Diócesis son satisfactorios, porque la piedad aumenta dia á dia y la causa católica hace señalados y rápidos progresos. Parte de esto gracias a que se construyen iglesias y capillas; se multiplican y difunden las comunidades religiosas; los católicos trabajan incessantemente por la educación de la niñez y de la juventud, con sacrificios personales y pecuniarios, consiguiendo neutralizar no poco la influencia que ejerce en la sociedad la enseñanza dada en las escuelas laicas.

## EL CLERO SECULAR INCARDINADO

La inmigración de clero secular, es una forma especial de inmigración por las características jurídicas de su concesión, pero, en el período que estudiamos, fuertemente vinculado a los flujos migratorios generales, por lo que se lo puede (y debe) estudiar en ese marco<sup>2</sup>. Afirma Dante Turcatti (2010b: 164) que «las excardinaciones del clero italiano y español durante la segunda mitad del siglo XIX aumentaron en número, paralelamente al flujo migratorio general...». Al inicio de este proceso la emigración del clero italiano superó al español hacia el Río de la Plata. Turcatti habla de un «éxodo» a fines del siglo XIX y principios del XX procedente principalmente del Norte de España de las diócesis gallegas, Navarra y el País Vasco.

Afirmaba Mons. Soler (1896: 53-55) que

las parroquias no se hallan en estado mas próspero porque -lo diré con sentimiento y sin pretender agravar a nadie- habiendo sido antes regentadas durante muchos años, por Sacerdotes extranjeros, estos generalmente y salvo honrosas excepciones, solo han procurado atesorar dinero para retirarse á su país sin cuidarse ni poco ni mucho de los adelantos y mejoras materiales de las iglesias, y, lo que es mas sensible aun, abandonando, en muchos casos, el cuidado espiritual de las almas, sin preocuparse de la fundación de obras pías, congregaciones etc en sus respectivas parroquias.

Esta situación era una realidad generalizada y, como da cuenta, Dante Turcatti (2010b), fueron una preocupación para las autoridades de la Iglesia no solo local, sino también universal. La pobreza vivida en Europa, movía a varios sacerdotes a emigrar junto con sus comunidades o ir a «hacer la América».

En informes de la Santa Sede se informaba respecto del Río de la Plata la «dispersión y abandono del clero emigrado» mostrando preocupación «por la problemática de su doble inserción en las iglesias locales y en las respectivas sociedades.» Parte de un problema general que se visualizaba: las migraciones masivas (Turcatti, 2010b: 173-174).

Sin embargo, esta situación, para una Iglesia como la uruguaya en proceso de consolidación institucional y con importantes deficiencias a la hora de brindar servicio a toda su comunidad (Turcatti y Sansón, 2005: 28-38), resultaba un problema de gravedad como lo señalaba Soler. De este modo, la incardinación de clero secular más que una solución resultaba un agravante al

<sup>2</sup> El clero secular pasaba por dos instancias para lograr su incardinación en la nueva diócesis: primero el trámite de excardinación por el que su obispo de origen le otorga letras dimisorias aceptando su cambio de diócesis, y la incardinación que era la aceptación definitiva en la diócesis de destino mediante luego de una serie de trámites específicos. (Turcatti y Sansón, 2005: pp. 9-18)

problema. De allí la importancia detectada, ya por el Primer Obispo Mons. Vera de instalar un seminario para la formación del clero nacional, a fin de fortalecer la Iglesia relativamente nueva.

Decía Soler (1896: 83) que

las vocaciones al estado religioso, especialmente entre los jóvenes, aumenta cada dia, a pesar del número y diversidad de las Comunidades que últimamente se han establecido en el pais. Para ingresar en el Seminario, tenemos continuos pedidos y casi no hay pueblo en campaña donde no haya dos ó tres niños que soliciten ser admitidos para seguir la carrera eclesiástica.

Si bien no deberíamos tomar al pie de la letra estas aseveraciones, puesto que, como decíamos anteriormente, tenemos que tener en cuenta los posibles objetivos perseguidos con la expresión de determinado discurso; cabe destacar que nuevamente «la campaña» aparece como un lugar de esperanzas para la Iglesia Católica en detrimento de la ciudad, perturbada por la inmigración.

De todos modos resaltaba Soler (1896: 83) que, de acuerdo al Proyecto del Gobierno del Sr. Iriarte Borda, consultado con la Santa Sede, y aprobado por el Parlamento el mes de noviembre de 1896, se pediría al Padre Santo la nueva organización de la Iglesia Uruguaya en Arzobispado Metropolitano con dos Obispados Sufragáneos. De concretarse de ello «resultarán grandes beneficios para la Iglesia y el Estado de la República O. del Uruguay, y debe considerarse, por lo mismo, un gran adelanto para la religión y prenda de mayores beneficios.» producto de las gestiones hechas por las autoridades eclesiásticas, así como de haber «servido poderosamente la amistad y buena voluntad, tanto del ex-Presidente Dr. D. Julio Herrera y Obes, como principalmente del actual Presidente D. Juan Idiarte Borda, á cuyo especial empeño se debe la sanción de la mencionada ley.» Planteaba también que se podía comprobar «el progreso de la Religión en nuestro pueblo con los sentimientos de veneración y amor, que cada vez más se despierta en los fieles hacia el Vicario de Nuestro Señor Jesucristo.» Asimismo,

los miembros del cuerpo místico de la Iglesia tendrían la verdadera vida si no estuviesen íntimamente unidos á su cabeza; y por esto yo y mi clero y las comunidades religiosas hemos procurado avivar mas y mas la unión y la adhesión del pueblo á la sublime Cátedra de Pedro; le hemos hecho comprender los derechos espirituales y temporales del Pontificado, los beneficios que este ha respetado á la humanidad en cumplimiento de su misión divina, y, por tanto, la obligación que todos, como hijos agradecidos, tenemos de socorrer en sus necesidades al Sumo Pontífice, especialmente en estos tiempos de cautiverio y expoliación.  
(Soler, 1896: 83-83)

Por otra parte, vale destacar, como señala Turcatti (2010b: 168), que también las excardinaciones

generaban problemas en las diócesis de origen, puesto que se invertía en la formación de sacerdotes en los seminarios diocesanos locales que luego solicitaban la excardinación, según quejas recibidas en la Santa Sede por obispos españoles.

Podemos ver entonces una tensión interesante entre las posturas de la Santa Sede, preocupada por la situación del clero secular incardinado, de los obispos de las diócesis de origen que perdían parte importante de sus recursos y la de los obispos uruguayos que vivían como una dificultad la presencia del clero secular extranjero, y procuraban que se fortaleciera el sacerdocio local.

## LAS OBRAS DEL CLERO REGULAR

Respecto del clero regular debemos hablar de un tipo de inmigración puesto que se mueven dentro de sus propias congregaciones, por lo que no deben seguir los mismos trámites que el resto de los migrantes. Sin embargo, podríamos pensar el fenómeno de su movilidad más allá de lo estrictamente jurídico y verlo como una inmigración, en tanto cambian de contexto social, político, económico y cultural.

Mons Angelo Di Pietro, valoraba positivamente la creciente presencia de clero regular «cuya acción valora e indica que equilibra los grandes problemas y carencias provocadas por el clero secular.» mayormente provenientes de Italia y España. Decía en su informe que «recomendables por la conducta y por el celo son los regulares extranjeros, Jesuitas, padres de las misiones salesianas, los así llamados bayoneses y otros. También los padres franciscanos extranjeros que viven en los hospicios apostólicos, siembran buena semilla a las diócesis...» (Turcatti, 2010b: 185-186).

Decía Yéregui en 1888 (53) que tanto él como su «ilustre predecesor en esta silla episcopal» reconocieron siempre que «los Institutos religiosos son verdadera columna de la Iglesia y el gran elemento de propaganda y difusión [sic] de la verdad evangélica» motivo por el que pusieron «todo empeño para la multiplicación de las casas religiosas en toda la Diócesis ya en la Capital como en las ciudades y pueblos de campaña» pudiendo informar «con satisfacción que mediante los auxilios del Señor y la protección de los fieles que reconocen y veneran esas grandes instituciones de la iglesia católica vamos consiguiendo nuestro derecho.»

De todo modos enfrentaban la dificultad de

la falta de personal en las comunidades religiosas que no pueden atender a los numerosos pedidos que tienen de los diversos pueblos de campaña que se esfuerzan en realizar en cada

uno de ellos una fundación religiosa para atender principalmente a la educación cristiana de la niñez de ambos sexos. (Yéregui, 1888: 53).

Destacaba Yéregui (1888: 55) la obra de los Padres Salesianos que se desempeñaban en dos Parroquias y «una ayuda de Parroquia.» Así como los Padres Capuchinos. Resaltaba asimismo que «...estas parroquias [no] están confiadas individualmente a un religioso sino a las Comunidades y el Superior [quien] destina un religioso para la cura de almas.» Los Padres Salesianos «tienen en cada parroquia en una Comunidad y no permitiría yo de otra manera porque estoy convencido de que un religioso solo, salvo determinados casos, perderá facilmente su espíritu de religión y no llenaría su misión.»

Informaba que

estas Comunidades en lo que concierne a la administración de las parroquias y Vice-parroquias, cumplen perfectamente su cometido de tal suerte que aquellas feligresías se han transformado completamente desde el día que dichas religiosas cuidan de ellas. Esas Comunidades en la cura de almas llevan fielmente sus deberes y sumisión al Obispo Diocesano... (Yéregui, 1888: 55)

Colaborando en la solución de los problemas que veníamos mencionando, imponiendo mayor y debida presencia de la Iglesia Católica en la vida del país.

Respecto de las Instituciones de Caridad, informaba Soler (1896: 36-39) que varias (las enumera) dependen del Gobierno y cuentan con los recursos por este brindados, las limosnas de particulares y los fondos recaudados por la Lotería Nacional creada con ese fin.

El Gobierno ha confiado el cuidado y dirección de esos establecimientos a una Comisión de caballeros y el régimen y cuidado interno a las Hermanas de Caridad principalmente a las del Huerto<sup>3</sup>, que tienen la mayor parte de los establecimientos. La parte espiritual depende del Prelado pues todos estos establecimientos tienen su correspondiente Capellán.

Planteaba Soler (1896: 68-69) que habían solo dos comunidades de

monjas propiamente dichas, ó sea, enclaustradas, y son: la de la Visitación (Salesas) y la de Nuestra Señora de la Caridad del Buen Pastor, de Angers; las demás son Congregaciones de Hermanas de Caridad. Todas observan fielmente sus reglas y constituciones y ninguna se exime de la obediencia al Obispo.

---

<sup>3</sup> Caetano y Geymonat (1997: 53). Informan que por decreto de 1867 se les encargó a las «Hermanas francesas Hijas de la Caridad» el Asilo de mendigos de la Villa de la Unión, ademas de que fundaran una escuela para «educar a los niños pobres»

Agregando que «a excepción de las Salesas, que no reconocen otro Superior ó Dirección que la del Diocesano; las restantes tienen, sin excluir la sujeción al Diocesano, otras Superiores Generales, residentes en Europa y representantes aquí por Superioras Provinciales.»

Debemos considerar que, como veíamos anteriormente, las autoridades impulsaron la llegada de clero regular, ya que la forma de cumplimiento de sus funciones era satisfactoria y pertinente frente al contexto de «agravios» de parte del Estado, por el que se comenzaban a instalar los «sustitutos laicos» por los que iban siendo desplazadas la iglesia y la religión del espacio público. La modernización significaba en parte la separación de los ámbitos privados y públicos, así lo religioso se comenzó a entender como algo privado y se lo empezó a desplazar del espacio público (Caetano y Geymonat, 1997: 26-27). Sin embargo, la Iglesia católica dio lucha frente a esta disputa por los «lugares sociales» que hasta ese momento dominaba. Caetano y Geymonat (1997: 31-44) hablan de un creciente enfrentamiento de la Iglesia con «el mundo» desde 1850, aunque conviviendo en cierta armonía en algunos momentos cuando se alcanzaban acuerdos de límites de las funciones y los espacios.

En ese enfrentamiento varias obras de regulares fueron objeto de «persecución» por parte del Estado (por ejemplo con la ley de conventos). Aunque también se reflejaban las disputas internas de la Iglesia entre las visiones más racionalistas (masónicas) y las más «jacobinas» (como el episodio de la expulsión de los franciscanos en 1860, mayormente pertenecientes a la masonería.) (Caetano y Geymonat, 1997: 56). Según daba cuenta el censo nacional de 1908, al menos en Montevideo, se registraba un descenso del número de creyentes confesos en 25% de los fieles católicos declarados (Caetano y Geymonat, 1997: 128).

## EL PAPEL DE LAS ASOCIACIONES CATÓLICAS

Mons. Yéregui (1888: 73), destacaba, respecto del avance del protestantismo y de la tolerancia religiosa por parte del Estado, en especial en materia educativa que

las madres católicas penetradas de su deber como madres y como patriotas atemorizadas así mismo de las funestísimas consecuencias que se seguirán de tal instrucción elevaron al Gobierno una exposición protesta suscrita por 25.000 firmas pidiendo el restablecimiento de la enseñanza del catecismo en las escuelas públicas.

Petición que fue exitosa ya que el Gobierno «resolvió favorablemente en esa exposición». Sin embargo, "en casi todas las escuelas la resolución gubernativa ha vuelto a caer en desuso y el

catecismo no figura ya entre las materias que se enseñan a los niños.»

Sostiene Juan José Arteaga (1978: 9-31) que la «Iglesia cuestionada» fue dando distintas respuestas ante la «radicalización» del proyecto secularizador. La Iglesia fue construyendo sus propios mecanismos para preservar su lugar legitimado en la sociedad. Por ejemplo, congresos católicos, unión de obreros católicos, acción católica, llegando a un punto máximo con la conformación de la unión cívica.

Asevera el Padre Villegas (1978: 65) que mientras el Uruguay crecía demográficamente, «la inmigración se hizo presente con mayor intensidad. Grandes reformas nacionales impulsaron al país hacia una mayor productividad. Pero con la inmigración europea y el desarrollo llegaron a nuestras playas las ideas» arraigando con cierta facilidad el racionalismo, el positivismo, evolucionismo, socialismo, protestantismo, masonería y liberalismo. Así la Iglesia debió «evangelizar con la predicación y hacerse presente donde se planteaba la confrontación de ideas o donde era atacada por el anticlericalismo. Para exponer sus verdades y su testimonio» a través de sus propios medios como el Club Católico (fundado en 1875), el Liceo de Estudios Universitarios (fundado en 1877), el «Mensajero del Pueblo» (fundado en 1871) y el «Bien Público» (fundado en 1878). Los Círculos católicos de obreros, fundados en junio de 1885, realizaron sus Congresos, el primero en mayo y junio de 1900, en el que se trataron asuntos organizativos y de balance de las acciones llevadas adelante. El segundo en el año 1902, tratándose temas sociales de gran interés como descanso y vivienda obrera. El tercero en 1904 analizando temas vinculados a la seguridad social entre otros temas de interés (Brena, 1980: 27-30).

El Primer Congreso católico en 1889 concluyó con la formación de la Unión Católica que tendría como rol «organizar el elemento católico de la República, aunándolo en la defensa y propagación de los principios, instituciones e intereses de la comunidad, así como en la práctica y pública manifestación de sus creencias.» (Da Costa, 2001: 190).

El Segundo Congreso fue en 1893 y puso en ahínco en la necesidad de desarrollar la prensa propia. El tercero en 1900 se concentró en la necesidad de organizar a la juventud católica, como resultado se conformó la Federación de la Juventud Católica del Uruguay. En 1911 se realizó el cuarto y último. En esa ocasión se transformó la Unión Católica organizando tres partes: unión social, unión económica y unión cívica.

Decía el Padre Dabin, jesuita belga, en informe remitido al Cardenal Eugenio Pacelli, luego de su viaje por Sudamérica que «la causa fundamental del Comunismo en América del Sur, reside en la

increíble miseria de las masas trabajadores, mucho más todavía que en la propaganda moscovita.» Agregaba que «el remedio principal consiste en la aplicación de las encíclicas sociales... (...) Estas encíclicas deberían ser explicadas por el magisterio episcopal y en la enseñanza religiosa en los colegios. La Acción Católica traicionaría su misión si no trajera paz social.» (Turcatti, 2010b: 190-191)

Dos de las instituciones más destacadas por Yéregui (1888: 74) eran «el 'Club Católico' o sea Asociación Católica para hombres y el 'Círculo Católico de Obreros'.» por sus progresos y su «significado social». Informaba que «el 'Club Católico' se fundó con el fin de congregar todo el elemento no obrero para aunar las luchas de la fe a todos aquellos que conservaban los sanos principios de la doctrina católica y conservarlos en esos principios y atraer a los indiferentes y aun convertir a los rebeldes.» Dos puntos de vista clave fueron los que organizaron sus labores: «instruir y recrear». Por un lado instruir a los hijos de los socios «y aun a los que no pertenecían a las familias de estos<sup>2</sup>. A este fin, fundó la Universidad Católica y brindaron conferencias públicas «siendo libre la discusión para instruir a los creyentes y convencer a los impíos». Concluye que «el trabajo no ha sido estéril.»

Por otra parte, el Club Católico «se ha constituido en centro de honesto pasa tiempo para sus socios a fin de separarlos de las diversiones y compañías perniciosas.» Para esos fines, tiene un «espacioso edificio con salas de juego, biblioteca, café y un gran salón de actos, hermosamente decorado y casi el mejor de la Capital.» En el salón de actos del edificio se realizan distintas actividades culturales del más alto nivel, con presencia de «los hombres más ilustrados del elemento católico» (Yéregui, 1888: 74). Afirmaba que

todo esto ha hecho que el Club Católico sea respetado por la primera y más interesante corporación de Montevideo, tanto que los jóvenes de las principales familias, aceptan gustosamente cantar en los actos del Club Católico, más fácilmente que en otras sociedades y raras veces se excusan de tomar parte de dichos actos, antes bien se tienen por muy honradas.

Esta Corporación tenía, según información brindada por Mons. Yéregui, 150 socios activos; 165 socios suscriptores 165; 5 socios honorarios; 6 socios aspirantes y 80 socias cooperadoras.

Agregaba a continuación ya que «el gran empeño de la Autoridad eclesiástica y de los católicos es congregar a todos bajo el estandarte de la cruz y en los principios de Nuestra Santa Madre Iglesia, el Prelado con los socios del Club Católico procuran salvar de la general perversión al elemento obrero». Con tal fin se fundó el «Círculo Católico de Obreros» que era también para sus socios,

asociación de socorros mutuos. Este Círculo contaba con 650 Socios activos, 100 Socios honorarios. Ambas sociedades, Club Católico y Círculo Católico de Obreros «tienen otras 7 correspondentes en Campaña.» (Yéregui, 1888: 74)

Por su parte Soler (1896: 81) destacaba el papel de la prensa católica que tenía de órganos en Montevideo:

‘El Bien’, diario del partido católico, que cuenta ya con veinte años de existencia, llevando una vida de incesante lucha, sufriendo muchas veces el sinsabor de las acusaciones y condenaciones más injustas; pero batallando siempre animoso en la defensa de los intereses de la Religión y de la Iglesia. ‘La Semana Religiosa’ Boletín Oficial, de nuestra Curia, que cuenta ya doce años de existencia y que lleva una vida próspera contando con un considerable número de suscriptores.

La prensa católica fue un medio fundamental (agregar discusiones en los congresos) en la batalla de ideas que enfrentaba la Iglesia. Era un medio de cohesión del elemento católico.

Destacaba Soler (1896: 81-82) también el papel del Club Católico y el Círculo Católico de Obreros.

Ambas instituciones llevan una marcha próspera y cuentan con crecido número de asociados; tienen su centro de reunión; celebran frecuentes asambleas y fiestas, y especialmente al Club Católico, con sus veladas y certámenes y conferencias, es el centro donde se congrega todo lo más culto y distinguido de nuestra sociedad.

Por su parte, el Círculo Católico «tiene su edificio propio y congrega en sus filas los obreros y los hijos de los obreros, siendo grande el bien que hace en todos los gremios trabajadores del país.» De esta obra central fueron surgiendo otros círculos en «pueblos de la campaña.» Agrega que cumplen «casi todos los socios con el precepto Pascual, para el que se los prepara siempre con Ejercicios Espirituales.» Ambas asociaciones católicas «asisten siempre en colectividad á las solemnes manifestaciones públicas de la Iglesia, siendo edificante su conducta y decisiva su influencia en medio de la sociedad.»

Plantea Brena (1980: 105-106) que los factores que afectaron a la creciente cantidad de obras y acciones sociales de los católicos la transformación espiritual, propiciada por la Encíclica de León XIII y la Carta Pastoral de Soler. Asimismo, las noticias llegadas de Europa sobre las acciones que se llevaban adelante inspirados en cambios doctrinales. Por otra parte, la reacción ante los ataques de liberalismo económico, filosófico y social; y otras ideas de la época que cuestionaban el papel de la iglesia y de sus dogmas. Una concientización de la puesta en práctica de la caridad cristiana, ante

el «desamparo de las clases populares».

## CONCLUSIONES

Las Relaciones Quinquenales o «Visitas ad límina apostolorum» aportan datos cuantitativos sumamente detallados sobre las congregaciones, sus obras y las personas involucradas. Sería interesante poder, teniendo en cuenta los datos que aportan las relaciones quinquenales, contrastar con otras fuentes y analizar si las comunidades religiosas de este tipo se vinculaban de manera especial con los inmigrantes de su mismo origen.

El aporte de la mirada «calificada» de dos de los máximos representantes de la Iglesia Católica da cuenta tanto de sus percepciones respecto de los hechos sociales de mayor significado, las respuestas brindadas por la Iglesia en su conjunto, sus relaciones particularmente conflictivas con «el mundo» en aquel contexto; aunque también nos podrían estar mostrando las representaciones existentes respecto de un «otro» particular como el inmigrante.

Analizar en mayor profundidad estas fuentes en relación con otras, resultaría ser un aporte sumamente interesante al estudio de las migraciones al Uruguay y la región.

## BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES

### Fuentes

- Yéregui, Inocencio María (1888). *Visita «Ad Limina Apostolorum» correspondiente a Mons. Inocencio María de Yéregui, Obispo de Montevideo, efectuada en su nombre, por Mons. Mariano Soler*. ACEAM. Sección Gobierno.  
Soler, Mariano (1896). *Visita «Ad Limina Apostolorum» correspondiente a Mons. Mariano Soler, Obispo de Montevideo*. ACEAM. Sección Gobierno.

### Bibliografía

- Arteaga, Juan José. (1978). «Una visión de la Historia de la Iglesia en el Uruguay» en Instituto Teológico del Uruguay. *La Iglesia en el Uruguay*. Serie estudios históricos. Montevideo: Talleres gráficos Barreiro y Ramos. Montevideo.  
Barrán, José Pedro. (1990). *Historia de la sensibilidad en el Uruguay. Tomo 2. El disciplinamiento (1860-1920)*. Montevideo: EBO- FHCE.  
Brena, Tomás G. (1980) *El pensamiento y la Acción Social de los Católicos en el Uruguay*. Montevideo: Barreiro y Ramos. Montevideo.  
Caetano, Gerardo y Geymonat, Roger (1997) La secularización uruguaya (1859-1919). Catolicismo y privatización de lo religioso. Montevideo: Taurus.  
Código de Derecho Canónico. (1933). Comentario completo y práctico de todos sus cánones para uso de eclesiásticos y hombres de leyes por los doctores ADRIANO CANCE y MIGUEL

- DE ARQUER. Puesto al día según las últimas decisiones de la Santa Sede y la novísima legislación civil española. Tomo primero. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, S. A.
- Da Costa, Néstor. (2001) «Aportes para el estudio sociológico de la religión y el catolicismo :breve itinerario de lo religioso en el Uruguay» en *Prisma*. Universidad Católica Dámaso Antonio Larrañaga (Uruguay). no. 16.
- Enciclopedia universal ilustrada europeo- americana. (1930) Tomo 69. Bilbao, Madrid, Barcelona: Espasa- Calpe S. A. Editores.
- Geymonat, Roger. (2004) *Las religiones en el Uruguay: algunas aproximaciones*. Montevideo: La Gotera.
- Turcatti, Dante y Sansón, Tomás. (2005). *Excelente sacerdote de buena vida y costumbres. Aporte del clero secular español en la Iglesia uruguaya*. Montevideo: FHCE.
- Turcatti, Dante. (2010a). *Repartido del Seminario de Técnicas de la Investigación histórica*. (inédito)
- Turcatti, Dante (comp.) (2010b). *Migraciones minoritarias en Uruguay. Cuestiones de metodología y fuentes*. Montevideo: FHCE.
- Villegas, juan. (SJ). (1978) «Historia del proceso de evangelización en el Uruguay» en Instituto Teológico del Uruguay. *La Iglesia en el Uruguay*. Serie estudios históricos. Montevideo: Talleres gráficos Barreiro y Ramos.
- Zubillaga, Carlos. (1998). *La utopía cosmopolita: tres perspectivas históricas de la inmigración masiva en Uruguay*. Montevideo: FHCE.